

Aula 01 - Prof Celso Natale

*Banco do Brasil - Conhecimentos
Bancários - 2023 (Pós-Edital)*

Autor:
**Celso Natale, Equipe Legislação
Específica Estratégia Concursos**

26 de Dezembro de 2022

SUMÁRIO

1	Moeda.....	3
1.1	Definições, Características e Funções de Moeda	3
1.1.1	As três funções da moeda	3
1.1.2	Características da moeda	4
1.1.3	Os tipos de moeda	4
1.2	Demandas por Moeda	5
1.2.1	Demandas por moeda para Transação e Precaução	6
1.2.2	Demandas por moeda para Especulação.....	6
1.3	Oferta de Moeda.....	6
1.3.1	Agregados Monetários.....	7
1.3.2	Base Monetária	8
1.3.3	Criação e destruição de moeda.....	9
1.4	Multiplicador Monetário	11
1.4.1	O sistema de reservas fracionárias	11
1.4.2	O Multiplicador Monetário.....	13
1.4.3	Relações do multiplicador monetário	15
2	Política Monetária	16
2.1	Objetivos da política monetária.....	16
2.2	Instrumentos de Política Monetária Convencional	17
2.2.1	Redesconto.....	17
2.2.2	Compulsórios	17
2.2.3	Mercado Aberto (Open Market)	18
2.2.4	Debate sobre depósitos remunerados dos bancos comerciais no BCB	26
2.2.5	Outros "instrumentos de Políticas monetária	27
2.3	Política monetária expansionista X Política monetária contracionista	28
3	Taxas e Curva de juros.....	29
4	Políticas Monetárias não convencionais (PMNC).....	32
4.1	Outras políticas monetárias não convencionais	34
	Resumo e Esquemas da Aula	36
	Bibliografia	44
	Questões Comentadas	45
	Lista de Questões.....	76
	Gabarito.....	89



INTRODUÇÃO

Saudações!

Esta será uma das aulas mais densas do curso, sem dúvidas. Nossa tarefa é promover a melhor preparação possível. Os tópicos que trataremos serão:

3 - Moeda e política monetária: Políticas monetárias convencionais e nãoconvencionais (Quantitative Easing); Taxa SELIC e operações compromissadas; O debate sobre os depósitos remunerados dos bancos comerciais no Banco Central do Brasil.

Para ajudar, esta também é uma aula cheia de esquemas e exemplos para facilitar a compreensão, mas não se sinta mal de não compreender de primeira. Aqui, veremos conceitos complexos que podem demandar mais de uma leitura e, é claro, alguma prática por meio de questões.

AVISO: como em Atualidades do Mercado Financeiro também falamos de moeda, embora no contexto de Moeda Digital, o capítulo 1.1 desta aula já foi visto na aula 1 daquela matéria. Você pode revisar ou pular direto para o capítulo 1.2, caso já tenha estudado a aula.

E se tiver dúvidas já sabe: fale comigo!

Boa aula!



@profcelsonatale



1 MOEDA

Começaremos compreendendo o que é **moeda** para, na sequência, compreendermos o que são os **agregados monetários** e como eles podem ser cobrados na sua prova.

Vamos **definir o que é moeda**, de forma mais técnica e precisa. Em seguida, falaremos sobre as características (atributos), funções e tipos de moeda.

1.1 Definições, Características e Funções de Moeda

A definição econômica de moeda é um pouco distinta daquela que usamos na linguagem cotidiana. Em economia:

Moeda é todo ativo que pode ser utilizado de forma imediata para realizar transações.

Também é muito comum dizer que a moeda tem **três funções**: reserva de valor, unidade de conta e meio de troca. Além disso, há algumas **características** desejáveis para a moeda.

Veremos cada uma dessa funções a seguir. Depois, veremos as características, e, por fim, os **tipos de moeda**.

1.1.1 As três funções da moeda

As três funções da moeda são bastante frequentes em prova, então é preciso que você as conheça muito bem, além de lembrar de todas elas. Ou seja, é para decorar mesmo!



Reserva de Valor: significa que a moeda pode ser guardada para comprar coisas depois. Em outras palavras, reter moeda é uma forma de transferir o poder de compra presente para o futuro. Claro que essa reserva de valor não é perfeita, pois a inflação diminui o valor da moeda. É por isso que em períodos de inflação alta, as pessoas trocam moeda por títulos que paguem juros, ou até mesmo por moedas estrangeiras mais estáveis.



Unidade de conta: essa característica da moeda é o que nos permite dizer que uma camisa custa R\$300 e que um refrigerante em lata custa R\$3. Graças à função de unidade de conta da moeda não precisamos dizer que uma camisa custa 100 refrigerantes; **a moeda é o padrão oficial de preços**. Por isso, as bancas também chamam essa função de **Padrão de Valor**.





Meio de troca: dizer que a moeda é o meio de troca é o mesmo que dizer que ela é utilizada para comprar qualquer tipo de bem ou serviço. Por causa dessa função, eliminamos o **escambo** da sociedade, que ocorre quando uma mercadoria é trocada diretamente por outra. Antes do advento da moeda, se alguém que tivesse uma ovelha precisasse de um casaco, precisaria encontrar alguém com um casaco que precisasse de uma ovelha... imagine o trabalho!

1.1.2 Características da moeda

As **características** ou **atributos** que vamos conhecer agora são consideradas desejáveis para que qualquer ativo que se proponha a ser moeda e, portanto, a desempenhar as três funções.

Contudo, ao contrário das três funções, as características não são tão recorrentes em provas e, além disso, são bem mais autoexplicativas: os nomes já deixam bem claro e óbvio o que quer dizer. Isso significa que, para nossos propósitos, uma boa lida já basta.



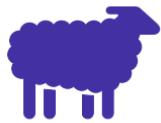
Aliás, essa lista de características não é rígida, então o fato de serem sete é improvável de ser assunto de prova. Já o próximo tema, requer mais de sua atenção.

1.1.3 Os tipos de moeda

As moedas também podem ser divididas em **três tipos**: moeda fiduciária, moeda-mercadoria e padrão-ouro (também chamado de lastreada).



E como esses tipos já podem ser cobradas em detalhes, vamos ver cada um dos tipos em ordem cronológica de surgimento:



Moeda-mercadoria: civilizações mais antigas utilizavam como moeda algumas mercadorias com **valor intrínseco**, o que significa que a própria moeda possuía algum valor de uso, podendo ser utilizada para algum fim que além da transação comercial. A palavra **salário**, por exemplo, vem do sal com qual eram pagos os soldados do império romano. O ouro também foi amplamente utilizado na antiguidade como moeda-mercadoria. Mas ela não está extinta: ainda hoje cigarros são utilizados como moeda-mercadoria nos presídios do mundo todo.

Quando você olha do ponto de vista das características (ou atributos) da moeda, fica evidente que a moeda-mercadoria carece de homogeneidade (duas ovelhas ou duas conchas nunca serão idênticas).



Padrão-ouro: uma moeda padrão-ouro é aquela que pode ser trocada por determinado valor em ouro, como se fosse um certificado vinculado a uma certa quantidade de ouro guardada em algum cofre. Por isso se diz que a moeda possui **lastro**.



Fiduciária: essa é aquela moeda que só tem valor porque o governo disse que tem, e todo mundo acreditou. Esses pedaços de papéis coloridos no seu bolso não têm nenhum valor de uso pois, ao contrário do sal ou do ouro, você não pode temperar sua comida nem fazer joias ou circuitos eletrônicos com uma nota de cem reais. Esse é o tipo de moeda que predomina no mundo contemporâneo.



Escritural: moeda escritural é aquela representada pelos depósitos à vista que as pessoas têm nos Bancos Comerciais. Aqueles números eletrônicos em sua conta bancária têm tanta liquidez e aceitação quanto a moeda fiduciária e, portanto, também são considerados moeda. Veremos como isso funciona bem a fundo nesta aula.

Portanto, concluímos que a moeda torna possível separar uma troca de mercadorias em duas partes: uma compra e uma venda. Ela o faz por meio de suas funções, intermediando as transações do mercado e tornando-o muito mais eficiente.

1.2 Demanda por Moeda

Possivelmente você já tem ótimos palpites sobre os motivos pelos quais as pessoas demandam moeda. O que você precisa saber agora é que esses motivos são divididos pela literatura econômica - e, portanto, pelas bancas - em três: **transação, precaução e especulação**.



Agora vamos estabelecer como a renda e os juros levam as pessoas a demandarem mais ou menos moeda.

1.2.1 Demanda por moeda para Transação e Precaução

A moeda é o meio de troca que as pessoas utilizam para realizar **transações** comerciais (comprar e vender bens). Portanto, quanto mais renda as pessoas têm, mais moeda irão querer.

As pessoas também utilizam moeda como reserva de valor, ou seja, as pessoas guardam dinheiro por **precaução** contra imprevistos. Evidentemente, a demanda de moeda por esse motivo também é maior quanto maior for a renda da pessoa.

Por isso, **a demanda de moeda para transação e precaução varia na mesma direção que a renda**. Quando a renda aumenta, aumenta a demanda por moeda relacionada a esses motivos. Quando a renda diminui, o movimento também é para baixo.

Além disso, para dado nível de renda, a demanda por moeda pode ser maior quanto maior for a velocidade de circulação da moeda

1.2.2 Demanda por moeda para Especulação

Especular com moeda é buscar obter ganhos financeiros em virtude de um palpite sobre o comportamento da economia.

Analisamos profundamente esse tema quando vemos a Teoria Keynesiana, mas, para nossos propósitos atuais, tenha em mente que **a demanda por moeda varia em direção contrária às taxas de juros**.

Isso quer dizer que quando os juros sobem, a demanda por moeda para especulação diminui. Por outro lado, com a queda dos juros vem o aumento da demanda por moeda para especulação.

A demanda por moeda para especulação também é chamada de motivo portfólio e motivo financeiro, e está relacionada com o custo de oportunidade de se manter o dinheiro como saldo de caixa .

1.3 Oferta de Moeda

Agora que compreendemos por que as pessoas demandam moeda, cabe compreendermos como funciona o outro lado do mercado monetário: a oferta de moeda.

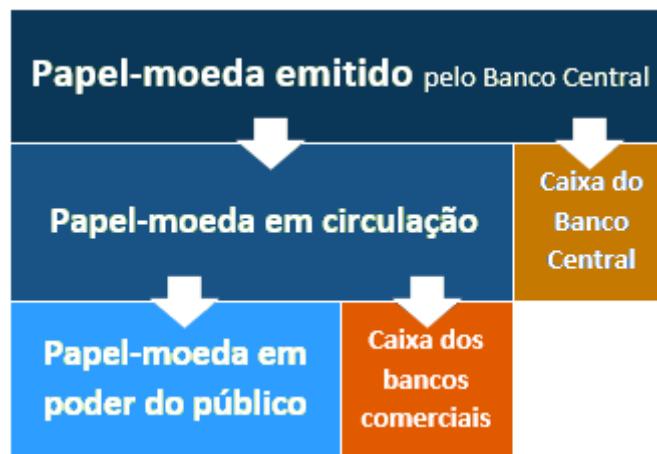
Mas antes, vamos compreender os importantíssimos **agregados monetários**.



1.3.1 Agregados Monetários

Na maioria dos países, a emissão de moeda é atribuição exclusiva (e legalmente garantida) do banco central. No Brasil, essa competência é exercida pelo Banco Central do Brasil.

Do total do **papel moeda emitido** pelo Banco Central, uma parte permanece com ele, em seus cofres. O restante do **papel moeda circula** na economia, mas uma parte fica no caixa dos bancos comerciais. O que sobra, fica em **poder do público**.



$$\text{PME} = \text{PMC} + \text{CX}_{\text{BACEN}} = \text{PMPP} + \text{CX}_{\text{BACOMS}} + \text{CX}_{\text{BACEN}}$$

Essa classificação serve ao propósito de mensurar qual é a parte da moeda que realmente será usada pelo público para realizar suas transações: o papel-moeda em poder do público (**PMPP**). Note que público, nesse caso, significa todo mundo que não é o Banco Central, um banco comercial (como o Banco do Brasil, Bradesco ou o Itaú), ou a Caixa Econômica Federal. Em outras palavras, serve para analisar qual a parte que realmente importa analisar e controlar.

Contudo, não é apenas com o papel-moeda em seu poder que o público irá transacionar. Lembra-se da moeda escritural? Isso mesmo. Aquele dinheiro que você tem na conta também serve para comprar, certo? Ao adicionarmos o total de depósitos à vista ao PMPP, temos o primeiro e mais importante **agregado monetário**: o **M1**. O M1 recebe o nome de **Moeda** ou **Meios de Pagamento Estritos**.

Existem ativos que são considerados **Quase Moeda**, por não apresentarem tanta liquidez quanto os depósitos à vista. São os **Meios de Pagamentos em sentido Amplo**: **M2, M3 e M4**.

Veja o que cada um dos agregados inclui:

M1	Papel moeda em poder do público + Depósitos à Vista
M2	M1 + Depósitos de Poupança + Títulos emitidos por Instituições Depositárias + Depósitos Especiais Remunerados
M3	M2 + Cotas de Fundos de Investimentos + Operações Compromissadas Selic
M4	M3 + Títulos Públicos Federais de Alta Liquidez



Essa classificação é definida de acordo com seus **emissores**, basicamente deste jeito: Banco Central e bancos comerciais, também chamados emissores de haveres monetários (M1); outros bancos e instituições financeiras não bancárias (M2); fundos de investimentos (M3) e; Governo Federal (M4).

A classificação é um pouco mais complexa do que isso, mas se sequer assim foi cobrada, considero mais do que suficiente conhecer dessa forma.

A classificação anterior era definida de acordo com a liquidez dos ativos.

Oficialmente, desde 2001, nas estatísticas divulgadas pelo Banco Central, **o critério de classificação é o sistema emissor**:

"Os novos conceitos de meios de pagamento ampliados representam mudança de critério de ordenamento de seus componentes, que deixaram de seguir o grau de liquidez, passando a definir os agregados por seus sistemas emissores."

BCB - Reformulação dos Meios de Pagamento - Notas Metodológicas - Pág. 2
Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/NM-MeiosPagAmplp.pdf>

Então, rigorosa e tecnicamente, atualmente, é sistema emissor. Contudo, não é incomum as bancas considerarem que é pelo **grau de liquidez**, algo que não está errado. De forma geral, M1 é mais líquido que M2, que é mais líquido que M3. Sobre M3 e M4 é polêmico e subjetivo... melhor nem entrarmos nessa. Mas de forma geral, e não absoluta, a ordem de liquidez se mantém.

Se houver conflito na prova, com você tendo que apontar sistema emissor OU liquidez, marque **emissor**. Mas se disser que são classificados em grau de liquidez, não marque errado apenas por isso.

Ninguém disse que seria fácil, né?

Portanto, o M4 é o conceito mais amplo de moeda, e recebe o nome de **poupança financeira**, mas é o M1 que será mais cobrado em provas.

1.3.2 Base Monetária

Também chamada de passivo monetário do Banco Central, a **base monetária** é composta pelo Papel Moeda em Circulação somado às **reservas bancárias**. Estas podem ser **reservas voluntárias** ou **reservas compulsórias**:

BASE MONETÁRIA = PMC + RESERVAS COMPULSÓRIAS + RESERVAS VOLUNTÁRIAS



As reservas **compulsórias**, talvez mais conhecidas como depósitos ou recolhimentos compulsórios, são **uma parte dos depósitos** que os bancos recebem de seus clientes que deve ser recolhida junto ao Banco Central. O porquê disso ficará bem claro nos próximos tópicos.

Esses recolhimentos são remunerados pelo Banco Central, e por isso alguns bancos comerciais podem depositar além dos percentuais obrigatórios, constituindo reservas **voluntárias**. Assim, temos que:

$$\text{BASE MONETÁRIA} = \text{PMC} + \text{RESERVAS BANCÁRIAS}$$

As reservas bancárias, somadas ao caixa dos bancos comerciais, compõem o que chamamos **encaixes bancários**. Algumas vezes, o caixa dos bancos comerciais também é chamado de "encaixes técnicos", uma vez que representam o dinheiro que os bancos deixam em caixa para fazer frente às necessidades operacionais.

$$\text{ENCAIXES BANCÁRIOS} = \text{RESERVAS BANCÁRIAS} + \text{CX}_{\text{BACOMS}}$$

Dessa forma, podemos concluir que:

$$\text{PMC} \quad \text{Encaixes}$$

$\overbrace{\text{BASE MONETÁRIA} = \text{PMPP} + \text{CX}_{\text{BACOMS}} + \text{RESERVAS BANCÁRIAS}}$

E, por fim:

$$\text{BASE MONETÁRIA} = \text{PMPP} + \text{ENCAIXES BANCÁRIOS}$$

1.3.3 Criação e destruição de moeda

A criação e destruição de moeda são, respectivamente, o aumento e a diminuição de M1, nosso conceito estrito de moeda.

O papel moeda em poder do público e os depósitos à vista são os chamados haveres monetários do público, ou seja, são direitos do público junto às instituições emissoras de moeda: o Banco Central e os bancos comerciais, conhecido como setor bancário.

Lembrando que público é tudo aquilo que não é Banco Central, banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial ou cooperativa de crédito (instituições financeiras que, aqui no Brasil, também captam depósitos à vista).

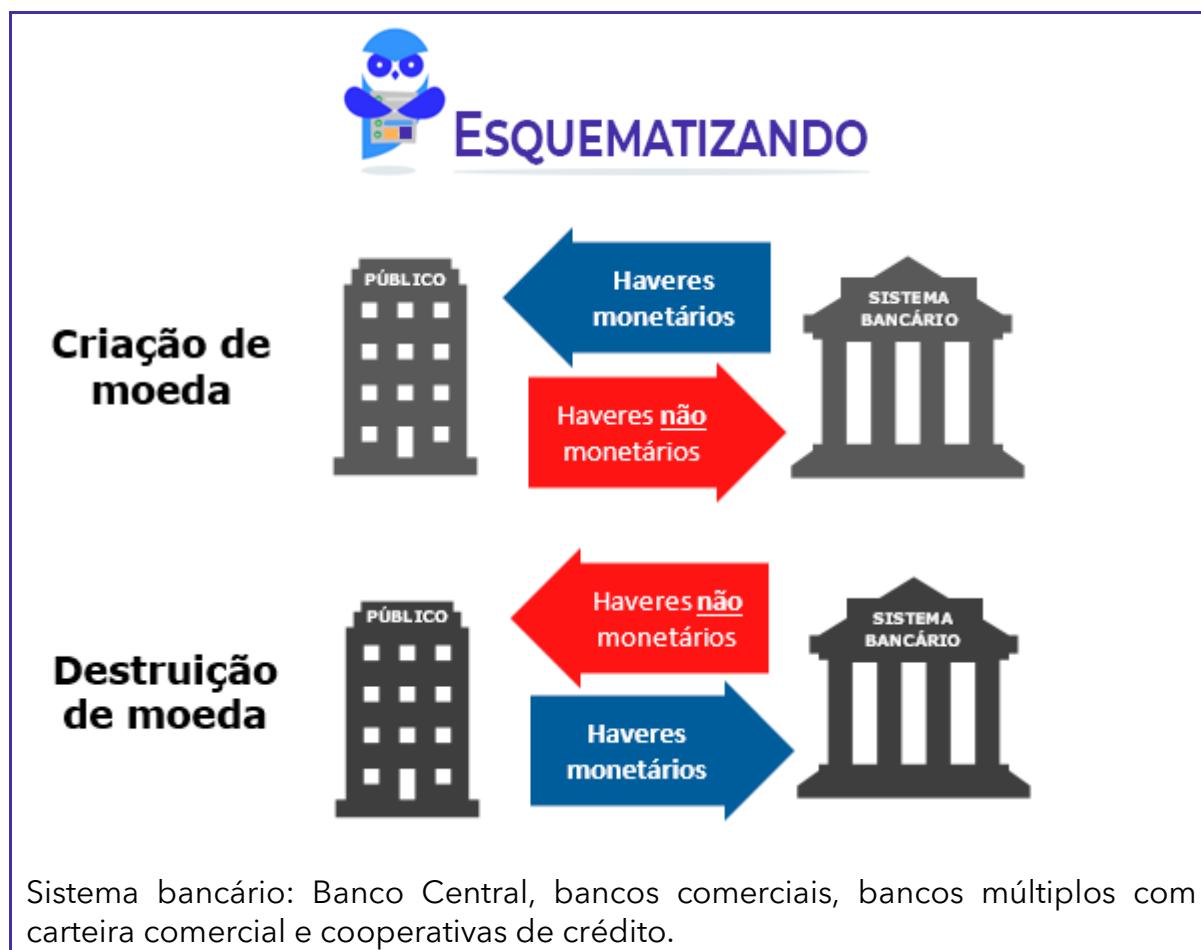
Sendo assim, bancos que não são comerciais, como bancos de investimento e bancos múltiplos sem carteira comercial são parte do que estamos chamando de **público**.



Por isso, sempre que ocorre uma transação em que o público recebe haveres monetários do setor bancário em troca de haveres não monetários, há **criação de moeda**. Por exemplo: quando você transfere dinheiro de sua poupança para sua conta corrente, ocorreu criação de moeda, pois você entregou um haver não monetário (poupança) para o sistema bancário, e recebeu um haver monetário (depósito à vista).

A destruição de moeda, por outro lado, ocorre quando o público recebe haveres não monetários em troca de haveres monetários.

Ao adquirir cotas de um fundo de investimento (haver não monetário), por meio de débito em sua conta corrente (haver monetário), está ocorrendo destruição de moeda.



Portanto, para que possa ocorrer criação ou destruição de moeda, é preciso que a transação ocorra entre o público e o setor bancário.

Isso significa que transações do setor bancário para o setor bancário (Banco Central com banco comercial, por exemplo) e transações entre o público (o governo pagando os servidores, ou uma transação comercial qualquer) não criam nem destroem moeda.





Somente transações entre o setor bancário **e** o público criam ou destroem moeda!

Veja alguns exemplos:

Criação de moeda	Destruição de moeda	Neutra
Empresa resgata aplicação financeira.	Banco Central vende títulos públicos para empresa pública.	Itaú transfere valores ao Bradesco a título de compensação.
Banco Central compra títulos públicos de banco de investimentos. Note que o banco de investimento não capta depósitos à vista, portanto é parte do "público".	Banco comercial recebe depósitos a prazo de empresa privada.	Banco Central compra títulos públicos do Santander.
Pessoa transfere saldo de sua conta poupança para conta corrente.	Pessoa aplica em CDBs.	Ministério da Fazenda paga seus servidores.
Banco Central compra dólares de exportadores.	Banco Central vende dólares para importadores.	Banco de investimentos empresta dinheiro para uma montadora de automóveis.

1.4 Multiplicador Monetário

Os bancos comerciais têm a capacidade de aumentar a quantidade de M1 ao aumentar os depósitos à vista. Eles fazem isso emprestando dinheiro.

Vamos desenvolver esse raciocínio partindo de uma economia bem simples, até os modelos mais realistas que caem em prova.

1.4.1 O sistema de reservas fracionárias

Imagine, inicialmente, uma economia **sem bancos comerciais**. Nesse tipo de economia, o único tipo de moeda é o papel moeda – não há depósitos à vista e, consequentemente, não há moeda



escritural. Dessa forma, se o Banco Central colocar em circulação R\$100, esse será o M1 total da economia, como PMPP.

Agora, digamos que abriu o Banco Comercial Pioneiro S.A. Nesse primeiro momento, o Banco Central determina que 100% dos depósitos sejam recolhidos, ou seja, as reservas compulsórias serão de 100%, e o Pioneiro não poderá emprestar. Nesse caso, ainda que os R\$100 sejam depositados no banco, o M1 ainda será igual a R\$100, embora dessa vez seja composto por depósitos à vista em vez de papel moeda.

Então, o Banco Central reduz o compulsório para 30%. Imagine que Ana detém todo o M1 da economia: os R\$100. Para manter seu dinheiro seguro, ela decide depositar tudo no Pioneiro. O banco, então, recolhe R\$30 e deposita no Bacen. Os R\$70 que sobram, o banco empresta para Bruno, depositando em sua conta corrente. Esse novo depósito à vista implica em novo recolhimento ao Bacen, de R\$21. O que sobra é emprestado a Carla, que saca os R\$49.

Perceba que o M1 foi dos R\$100 iniciais para R\$219:

- R\$100 em depósitos à vista de Ana;
- R\$70 em depósitos à vista de Bruno;
- R\$49 em papel-moeda em poder de Carla.

O que proporcionou esse aumento foi o **sistema de reservas fracionárias**, onde permite-se aos bancos comerciais que apenas uma parte dos depósitos recebidos seja mantida em reservas, de forma que o restante pode ser emprestado.

SISTEMA DE RESERVAS FRACIONÁRIAS

Sistema que permite aos bancos manter apenas uma parte dos depósitos que recebe como reservas, podendo emprestar a fração restante.

Esse processo de “empresta > recebe depósito > empresta” segue indefinidamente, especialmente em sistemas financeiros complexos como o nosso.

Com isso, os meios de pagamento (M1) costumam ser maiores que a base monetária. Em outras palavras, o BC emite determinada quantidade de moeda e coloca em circulação, mas o total de meios de pagamento é superior a essa quantidade, por causa do sistema de reservas fracionárias.

Às vezes, a banca vai querer que você diga exatamente quanto os meios de pagamento são maiores do que a base monetária, e para isso usamos o multiplicador monetário.



1.4.2 O Multiplicador Monetário

O multiplicador monetário (m) é, por definição, a quantidade de vezes que os meios de pagamento ($M1$) são maiores do que a base monetária (B). Ou seja, ele **mostra a relação entre M1 e B**:

$$m = \frac{M1}{B}$$

Exemplo: se o multiplicador é igual a 2, então os meios de pagamento são o dobro da base monetária. Se o multiplicador é 1,5, os meios de pagamento são 50% maiores que a base monetária.

Sua fórmula é a seguinte:

$$m = \frac{M1}{B} = \frac{1}{1-d(1-r)}$$

Onde:

d: é a parte dos meios de pagamento mantidos em depósitos à vista, ou seja, $d = \text{depósitos à vista}/M1$.

r: é a parte dos depósitos à vista que se será mantida como encaixe bancário, ou seja, não será emprestada.

Observe que tanto “d” quanto “r” assumirão valores entre 0 e 1, por representarem uma parte de um todo.

Daqui a pouco vamos compreender a origem da fórmula, mas agora vamos ver alguns exemplos para entender o raciocínio.

► Exemplo 1 (encaixes de 100%)

Neste exemplo, tudo que os bancos recebem de depósitos à vista é mantido como reservas. Dessa forma, $r=1$, e:

$$m = \frac{1}{1-d(1-r)} = \frac{1}{1-d(1-1)} = \frac{1}{1-d(0)} = \frac{1}{1} = 1$$

Note que o multiplicador seria, nesse caso, igual a 1. Dessa forma, a base monetária seria exatamente igual aos meios de pagamentos.

► Exemplo 2 (sem depósitos à vista)

Neste exemplo, as pessoas mantêm todos os meios de pagamento na forma de papel-moeda, e não depositam nada nos bancos, de forma que “ $d=0$ ”:

$$m = \frac{1}{1-d(1-r)} = \frac{1}{1-0(1-r)} = \frac{1}{1-0} = \frac{1}{1} = 1$$



Chegamos novamente no multiplicador 1, levando à conclusão de que quando não há depósitos à vista, os meios de pagamento também são iguais à base monetária.

Nesta aula, não iremos desenvolver a matemática que leva ao multiplicador, então é um raro momento em que peço para você decorar, em vez de compreender profundamente. É uma questão de "custo X benefício".

MULTIPLICADOR DA BASE MONETÁRIA

$$m = \frac{1}{1-d(1-r)}$$

Onde:

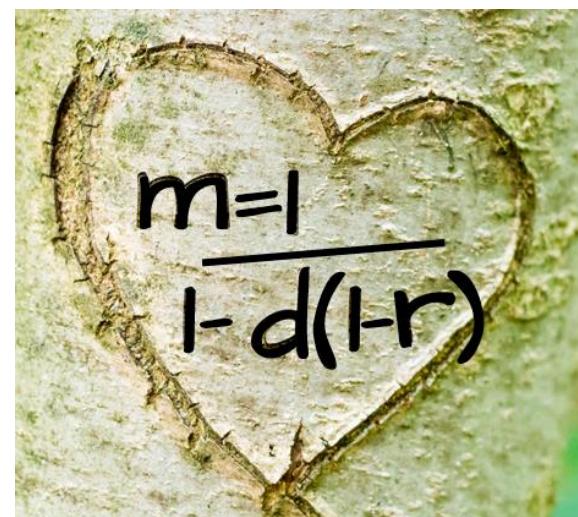
d: depósitos à vista / M1

r: reservas (encaixes) totais / depósitos à vista

Sendo assim, você realmente deveria decorar a fórmula acima, pois ela será necessária em 90% das provas sobre o multiplicador.

Para ajudar com isso, fiz um mнемônico:

Lembre-se de Mi(chele) e Val(Dir), um casal ambientalmente irresponsável e de baixa alfabetização:



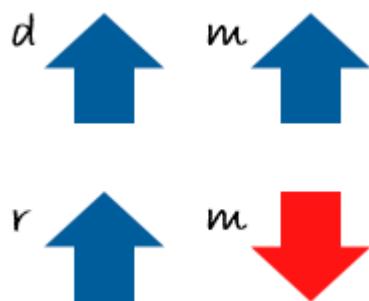
E também importante, mas relativamente mais tranquilo, é entender como as variáveis "d" e "r" determinam o multiplicador, ou seja, como fazem com que os meios de pagamento sejam muito ou pouco maiores que a base monetária.



1.4.3 Relações do multiplicador monetário

É muito importante que você perceba, pela fórmula do multiplicador, que aumentos no percentual de depósitos à vista (d), aumentam o multiplicador. Isso tem lógica, pois quanto mais as pessoas depositam nos bancos, mais estes têm para emprestar.

A relação das reservas (r) é inversa: quanto maior o percentual dos depósitos à vista que os bancos “guardam”, menores serão os créditos concedidos (empréstimos) e, consequentemente, o multiplicador monetário.



Vejamos alguns exemplos rápidos, só para fixar essa relação:

- ▶ $d=0,4, r=0,6$ $m = \frac{1}{1-d(1-r)} = \frac{1}{1-0,4(1-0,6)} = \frac{1}{1-0,4(0,4)} = \frac{1}{1-0,16} = \frac{1}{0,84} = 1,19$
- ▶ $d=0,4, r=0,4$ $m = \frac{1}{1-d(1-r)} = \frac{1}{1-0,4(1-0,4)} = \frac{1}{1-0,4(0,6)} = \frac{1}{1-0,24} = \frac{1}{0,76} = 1,32$
- ▶ $d=0,8, r=0,4$ $m = \frac{1}{1-d(1-r)} = \frac{1}{1-0,8(1-0,4)} = \frac{1}{1-0,8(0,6)} = \frac{1}{1-0,48} = \frac{1}{0,52} = 1,92$
- ▶ $d=0,9, r=0,1$ $m = \frac{1}{1-d(1-r)} = \frac{1}{1-0,9(1-0,1)} = \frac{1}{1-0,9(0,9)} = \frac{1}{1-0,81} = \frac{1}{0,19} = 5,26$

Viu só?

Faz sentido, não é? Afinal, se as pessoas depositam papel moeda no sistema bancário (“d” é baixo), os bancos têm pouca capacidade de emprestar e criar moeda. Se o BCB determina reservas muito altas (“r” é alto), ocorre o mesmo efeito.



2 POLÍTICA MONETÁRIA

A **política monetária** consiste na regulação da quantidade de moeda circulando na economia.

No Brasil, ela é formulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN, chamamos de "Cemenê"), e executada pelo Banco Central do Brasil, que detém a competência exclusiva de emissão de moeda.

2.1 Objetivos da política monetária

O principal objetivo da política monetária deve ser o bem-estar da sociedade. Mas não é isso que vai cair na sua prova. O que pode cair são os objetivos de acordo com duas abordagens: a **monetarista** e a **keynesiana**.

De acordo com os keynesianos, a política monetária pode influenciar o nível de atividade e a renda da economia, ainda que apenas no curto prazo. Dessa forma, a política monetária expansionista pode ser utilizada para aumentar a demanda agregada em momento de pouca atividade, enquanto a política monetária restritiva pode diminuir o consumo, reduzindo pressões inflacionárias.

Os monetaristas, por outro lado, defendem que o papel da política monetária deve ser limitado ao objetivo de garantir que a quantidade de meios de pagamento seja suficientemente para atender ao volume de transações do mercado real.

Objetivos da Política Monetária	
 MONETARISTA	 KEYNESIANA
Estabilidade do nível de preços	Regulação do nível de emprego e produção

Se a questão atribuir qualquer desses objetivos à política monetária, estará correta, exceto se estiver afirmando que os monetaristas defendem o papel dela na determinação do nível de emprego, que a teoria keynesiana delimita sua função ao nível de preços, ou alguma incoerência do tipo.

Vamos dar uma olhada, agora, nos instrumentos de que dispõe o Banco Central para conduzir a política monetária.



2.2 Instrumentos de Política Monetária Convencional

Os principais instrumentos da política monetária são três: as **taxas de redesconto**, a **taxa de depósitos compulsórios** e as **operações no mercado aberto**.

Existem outros, como você verá adiante, mas esses são os instrumentos clássicos, cuja presença nas provas é mais frequente, e sob os quais o Banco Central detém controle direto.

2.2.1 Redesconto

O Banco Central é o banco dos bancos. O redesconto é uma linha de crédito a qual os bancos podem recorrer caso precisem de dinheiro. A taxa de redesconto é os juros que os bancos devem pagar ao Bacen caso tomem emprestado algum valor.

Quanto menores forem as taxas de redesconto, mais dispostos os bancos ficam a emprestar ao público e, portanto, mais eles emprestam, expandindo os meios de pagamento (lembra do M1?).

Eles também recebem o nome de **emprestimos de liquidez**.

Na prática, os redescontos não são utilizados como instrumento de política monetária por dois motivos: (1) o Banco Central não tem garantias de que os bancos reagirão às mudanças nas taxas de redesconto conforme ele espera, expandindo ou contraindo a oferta monetária e; (2) ainda que a reação ocorra, ela pode demorar, tornando esse instrumento pouco eficiente em comparação aos demais.

Mas ele cai na prova, e se a questão falar que reduzir a taxa de redesconto é uma política monetária expansionista, pode marcar como certo. Se a questão comparar esse instrumento com os demais, dizendo que ele é mais eficiente, pode marcar como errado.

2.2.2 Compulsórios

Sempre que você, cliente do banco X, realiza um depósito em sua conta, o banco X precisa depositar uma parte desse dinheiro no Banco Central. O resto ele pode emprestar aos outros clientes.

Não custa relembrar que quanto maior for a alíquota (%) do compulsório, menor será a oferta monetária, pois os bancos terão menos dinheiro disponível para emprestar.

Como instrumento de política monetária, sua eficiência é maior quando o objetivo é restringir a oferta monetária, já que a expansão da oferta monetária, ainda que o Bacen reduza o compulsório, dependerá do apetite dos bancos em emprestar.



Note ainda que há duas formas de utilizar os depósitos compulsórios como instrumento de política monetária: (1) o aumento da exigência, e (2) o aumento da remuneração, ou seja, o aumento dos juros que remuneram esses depósitos, levando os bancos a recolherem maiores valores de forma espontânea. Claro que essa última hipótese trata de depósitos voluntários remunerados, e falaremos mais sobre eles adiante, mas achei melhor adiantar aqui pela estrita relação com os compulsórios.

2.2.3 Mercado Aberto (Open Market)

Atualmente, a dívida pública federal interna acumula um saldo de aproximadamente **R\$1 trilhão**. Os credores dessa dívida são os detentores de títulos públicos: bancos, fundos, empresas, pessoas físicas etc.

Quando o Banco Central quer colocar mais dinheiro na economia, ele compra esses títulos. Por outro lado, quando deseja enxugar a liquidez, o Banco Central vende os títulos públicos dos quais é detentor.



Mercado Primário X Mercado Secundário

Quando o governo precisa levantar dinheiro, ele emite títulos públicos. Quem comprar esses títulos, passa a ser credor do governo, ou seja, tem direito de receber determinada quantia, em determinada data. Essa emissão inicial ocorre no chamado **mercado primário**, que não é propriamente um local físico, mas recebe esse nome pois os credores compram títulos novos, diretamente do governo.

Caso os credores não desejem esperar a data de vencimento do título, que é quando o governo vai pagar a quantia combinada, ele pode vender o título para outra pessoa, que passa a ter o direito de receber do governo, na data combinada. Essa negociação ocorre no **mercado secundário**.

O **mercado secundário** também recebe o nome de **mercado aberto**, pois qualquer um pode comprar ou vender títulos públicos dos quais é detentor, em contraste com o mercado primário, onde somente o governo vende e somente alguns bancos e corretoras podem comprar os títulos emitidos.

Como o Banco Central é proibido de financiar diretamente os gastos do governo (Lei de Responsabilidade Fiscal), a utilização de títulos públicos como instrumento de política monetária ocorre exclusivamente no mercado aberto.



As operações do Banco Central *Open Market* são o instrumento de política monetária mais eficiente. A variação da oferta monetária ocorre de forma imediata; cada título adquirido do público injeta moeda na economia, e cada título vendido ao público retira moeda. É expansão/retração monetária “direto na veia”.

Vamos esquematizar o que aprendemos sobre instrumentos e políticas monetárias.

INSTRUMENTOS CLÁSSICOS DE POLÍTICA MONETÁRIA

Redesconto	Compulsórios	Mercado Aberto
<ul style="list-style-type: none"> • Linha de crédito que o BCB disponibiliza aos bancos. • Elevar a taxa: contracionista, pois diminui a propensão dos bancos a emprestar • Reduzir a taxa: política expansionista, pois aumenta a propensão dos bancos a emprestar 	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual dos depósitos de clientes que os bancos precisam recolher junto ao BCB. • Elevar o percentual: contracionista, reduz o valor disponível para empréstimos. • Reduzir o percentual: expansionista, eleva o valor disponível para empréstimos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Venda e compra de títulos públicos pelo BCB • Venda: contracionista, pois o BCB retira moeda. • Compra: expansionista, pois o BCB entrega moeda.

ESQUEMA DE POLÍTICAS MONETÁRIAS E INSTRUMENTOS

INSTRUMENTO	USO	TIPO DE POLÍTICA	TENDÊNCIA PIB E INFLAÇÃO
Mercado Aberto	Compra	Expansionista	Aumento
	Venda	Contracionista	Queda
Taxa de Redesconto	Elevação	Contracionista	Queda
	Diminuição	Expansionista	Aumento
Alíquota do compulsório	Elevação	Contracionista	Queda
	Diminuição	Expansionista	Aumento



2.2.3.1 Taxa Selic e Operações Compromissadas

Até aqui, temos falado que o Banco Central compra e vende títulos públicos no mercado para controlar a oferta monetária. Isso é verdade, mas a execução é um pouco mais complexa. É sobre isso que falaremos agora.

Para começar, saiba que esses títulos públicos são escriturais, ou seja, são emitidos pelo Tesouro Nacional apenas eletronicamente, sem forma física em papel.

Por serem escriturais, a custódia (guarda) e as negociações também ocorrem em sistemas eletrônicos. Portanto, cabe a um sistema registrar quem é dono de título e, quando ocorre uma venda, também é esse sistema que faz a liquidação da transação.

No Brasil, um dos sistemas que desempenha esse papel é o **Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic)**.



Quando falamos “o Selic” (no masculino), estamos nos referindo ao **Sistema Especial de Liquidação e Custódia**, esse sistema responsável por registrar de quem são os títulos públicos e por liquidar as operações envolvendo esses títulos.

Por outro lado, “a Selic” significa a **taxa Selic**, que conheceremos adiante. Quando os jornais falam apenas “Selic”, normalmente também estão se referindo à taxa, e o contexto costuma deixar claro.

O Selic foi criado, em 1979, pelo BCB e pela Andima (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto), com o objetivo de operar com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, liquidando as operações de compra e de venda desses títulos e mantendo sua custódia escritural.

Os principais títulos negociados no Selic são emitidos pelo Tesouro Nacional, e compõem a Dívida Pública Federal Interna.

A respeito da liquidação financeira das operações, cabe destacar que ela é realizada em tempo real no Sistema de Transferência de Reservas (STR), o núcleo do Sistema de Pagamentos Brasileiro. Ou seja, quando alguém compra um título público custodiado pelo Selic, o pagamento ocorre no mesmo momento, por meio do STR.

Participam do Selic as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, incluindo os bancos, que serão adotados como exemplo para desenvolvermos os raciocínios necessários.



Os bancos possuem uma espécie de conta-corrente lá no Banco Central (por isso ele é chamado "banco dos bancos"). Essas contas são chamadas **Reservas Bancárias**, e são muito importantes, pois é com o saldo dessas contas que os bancos honram suas obrigações uns com os outros.

E se manter um saldo muito elevado em Reservas Bancárias garante que o banco tenha recursos para honrar suas obrigações, também significa que o banco não está fazendo seu principal negócio, que é emprestar dinheiro para seus clientes. Pior: o dinheiro não rende nas Reservas Bancárias.

Sendo assim, a gestão de Reservas Bancárias é um negócio à parte, pois o banco deve manter o equilíbrio entre garantir saldo para suas obrigações diárias e ganhar dinheiro (emprestando, principalmente). Os bancos têm até profissionais que se dedicam apenas a isso: os pilotos de reservas, cuja tarefa é gerir a conta de forma a não ficar sobrando dinheiro e, é claro, não faltar.

Se houver uma sobra de caixa momentânea, o banco precisa fazer algo para esse dinheiro não ficar parado, sem render nada. Como as coisas são muito rápidas, ele não pode sair oferecendo empréstimos para seus clientes porque sobrou caixa. O que o banco pode fazer, então, é adquirir títulos públicos no Selic. Com isso, o dinheiro rende alguma coisa.

E quem vai vender esses títulos? Basicamente duas figuras:

1. Outras instituições financeiras que estão com falta de caixa. Assim, essa instituição que precisa de dinheiro em Reservas Bancárias consegue esses recursos ao vender seus títulos públicos.
2. O Banco Central, em leilões de títulos realizados por meio de Dealers (instituições financeiras autorizadas a realizar esses leilões).

Conseguiu pegar o raciocínio? Vamos elaborar mais.

Na prática, em vez de comprar ou vender definitivamente os títulos públicos, os bancos e o Banco Central realizam "empréstimos" entre si, dando os títulos como garantia.

Esses "empréstimos" recebem o nome de **operações compromissadas**, pois envolvem o compromisso de recomprar o título. Vamos entender legal isso por meio de um exemplo.

OPERAÇÕES COMPROMISSADAS: SITUAÇÃO ILUSTRATIVA

Imagine que hoje o Banco F (de "falta dinheiro"), de manhãzinha, olhou para todos os pagamentos que precisava fazer ao longo do dia, e concluiu que vai faltar dinheiro. Amanhã ele vai receber vários pagamentos, mas aí será tarde demais. Ele precisa de dinheiro agora!

Aí ele lembra que tem títulos públicos custodiados no Selic, cujo valor é suficiente para cobrir suas obrigações.

Então ele oferece, no sistema, uma operação compromissada: ele vai vender o título com compromisso de recomprar esse mesmo título amanhã. Ele se oferece



para vender os títulos por R\$1.000.000, e recomprar amanhã por R\$1.000.107, ou seja, ele vai pagar **juros ao dia** de 0,0107%.

O Banco S (de “sobra dinheiro”) estava mesmo procurando o que fazer com seu saldo de Reservas Bancárias que hoje está sobrando, e então compra os títulos do Banco D com compromisso de revender esses títulos amanhã.

Então o Banco S entrega o dinheiro e o Banco F entrega os títulos. O Banco F consegue honrar suas obrigações.

No dia seguinte, o Banco F honra seu compromisso e recompra os títulos pelo valor combinado, incluindo juros, e o Banco S consegue o que queria: ganhar uns juros em cima do dinheiro que estava sobrando.

E se a instituição vendedora não honrar o compromisso de recompra? A instituição compradora fica com o título, e por isso dizemos que ele é a garantia do negócio.

Agora que o exemplo clareou suas ideias, veja uma definição mais técnica:

OPERAÇÃO COMPROMISSADA

Operação envolvendo títulos públicos com compromisso de recompra pelo vendedor e compromisso de revenda pelo comprador, para liquidação em data futura.

As operações compromissadas no Selic só podem ser realizadas por instituições autorizadas pelo Banco Central.

A taxa de juros apurada diariamente nas operações compromissadas de um dia útil é chamada **taxa Selic**. Para ser mais preciso, a taxa apurada diariamente é chamada overnight (ou Selic over), e então ela é anualizada, ou seja, com base na taxa diária é calculada uma taxa anual (considerando 252 dias úteis). Portanto, a taxa Selic é medida como uma taxa de juros anual.

O Banco Central também realiza operações compromissadas no Selic, com o objetivo principal de conduzir a política monetária e convergir a taxa Selic para o nível desejado (falamos mais sobre isso no próximo tópico).

A taxa Selic é considerada a **taxa de juros básica da economia**, pois os negócios com títulos públicos no Selic são considerados bastante seguros. Por isso, a taxa Selic serve como referência para as demais taxas de juros praticadas no mercado. Se ela estiver alta, os demais juros (como financiamentos imobiliários e empréstimos, por exemplo), tendem a ficar altos também.

Também por isso, os jornais divulgam com frequência a taxa Selic.



2.2.3.2 Regime de Metas para Inflação

Aqui temos que falar de **inflação**, além de relacionar a **taxa Selic** ao **IPCA**.

A inflação é definida, formalmente, como o **aumento generalizado e persistente no nível de preços de uma economia**.

Quando falamos em nível de preços, queremos nos referir ao preço de todos os bens e serviços da economia, do corte de cabelo ao preço da gasolina.

Para medir a inflação, utilizamos um índice de preços, que consiste basicamente em escolher diversos bens para servir de referência, formando uma **cesta de bens**. A partir daí, alguém acompanha como estão evoluindo os preços dos bens nessa cesta, como uma forma de medir a inflação.

No Brasil, temos diversos índices, mas o que devemos conhecer agora é o IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

- ▶ **IPCA:** o Índice de Preços ao Consumidor Amplo é o índice utilizado oficialmente, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central, no Sistema de Metas de Inflação, ou seja, é a medida oficial da inflação no Brasil. São considerados, na cesta do IPCA, bens consumidos por famílias com rendimentos de 1 a 40 salários-mínimos, e que residem em determinadas regiões metropolitanas.

E uma das principais formas de controlar a inflação é por meio da política monetária. Se a inflação estiver muito alta, o Banco Central promove uma política monetária contracionista, diminuindo a quantidade de moeda em circulação e elevando juros, uma combinação que tende a retrair a demanda e diminuir os preços.

Afinal, com menos moeda em mãos, com crédito mais caro (juros altos), as pessoas tendem a comprar menos e, comprando menos, há menor pressão para os preços subirem; com pouca gente comprando, os vendedores não elevam os preços.

E o **Regime de Metas de Inflação** é adotado como **diretriz para a política monetária** exatamente para dar **maior previsibilidade** para os agentes econômicos a inflação, posto que a autoridade monetária firma o compromisso de perseguir determinado nível de inflação, e presta contas a esse respeito.

No Brasil, o sistema foi adotado em 1999, a exemplo de experiências bem-sucedidas na Nova Zelândia (1990), Canadá e Chile (1991), Reino Unido (1992) e Suécia (1993).

Na prática, e resumidamente, funciona assim:

1. O Conselho Monetário Nacional (CMN) determina até junho a **meta de inflação** para três anos-calendário à frente, mediante proposta do Ministro da Economia.
 - a. *Essa meta possui um intervalo de tolerância.*



b. Exemplo: a meta para 2021 foi determinada (em junho de 2018), em 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

2. O Banco Central do Brasil define qual deve ser a taxa de juros para atingimento da meta: a **Selic Meta**.

a. Portanto, o BCB busca que a taxa Selic seja igual à Selic Meta.

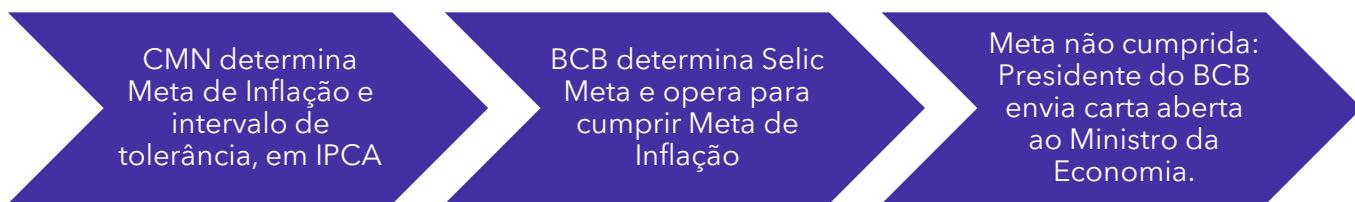
b. A cada 45 dias, diretores do BCB se reúnem no Copom (Comitê de Política Monetária), e revisam a Selic Meta. Ou seja, reavalam o cenário econômico para concluir se a taxa de juros precisa ser ajustada para cumprir a meta de inflação. Por isso, vemos com frequência notícias de que o BCB aumentou ou reduziu a meta da taxa Selic.

c. Para atingir a Selic Meta, o Banco Central realiza **operações compromissados** no Selic.

3. A meta de inflação é considerada cumprida quando a variação acumulada da inflação - medida pelo IPCA, relativa ao período de janeiro a dezembro de cada ano calendário - situar-se na faixa do seu respectivo intervalo de tolerância.

4. Caso a meta não seja cumprida, o Presidente do Banco Central do Brasil divulgará publicamente as razões do descumprimento, por meio de carta aberta ao Ministro de Economia.

Simplificando:



Perceba que a **transparéncia** é algo muito importante para que o Regime de Metas de Inflação funcione, e está presente:

- ▶ na definição do índice utilizado para mensurar a inflação;
- ▶ no anúncio público das metas; e
- ▶ na prestação de contas em carta aberta, em caso de descumprimento.





O COPOM (Comitê de Política Monetária)

O Comitê de Política Monetária (Copom) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu Presidente e diretores, que define, a cada 45 dias, **a meta para taxa básica de juros** da economia - a Selic Meta.

Essas reuniões periódicas visam avaliar o cenário econômico e ajustar os instrumentos de política monetária. Caso as circunstâncias impliquem em alteração da taxa, é informada a nova meta da taxa Selic, em vigor até a próxima reunião do Copom, bem como seu viés (de subida ou de queda).

Além do comunicado e da ata da reunião, o Banco Central publica, trimestralmente, o **Relatório de Inflação**, onde analisa a evolução recente e as perspectivas da economia, com ênfase nas perspectivas para a inflação.

Neste link, você pode conferir as atas de todas as reuniões do Copom: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>. Mas recomendo apenas a leitura da Ata da 239ª Reunião de 15 e 16 de junho de 2021.

De vez em quando, a Cesgranrio gosta de perguntar números recentes sobre as metas de inflação e seus resultados. Então, procure lembrar dos valores da tabela a seguir:

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limites Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
2019	Resolução 4.582	29/6/2017	4,25	1,5	2,75-5,75	4,31
2020	Resolução 4.582	29/6/2017	4	1,5	2,5-5,5	4,52
2021	Resolução 4.671	26/6/2018	3,75	1,5	2,25-5,25	-
2022	Resolução 4.724	27/6/2019	3,50	1,5	2,00-5,00	-
2023	Resolução 4.831	25/06/2020	3,25	1,5	1,75 - 4,75	-
2024	Resolução 4.918	24/06/2021	3,00	1,5	1,5 - 4,50	-

Observe que:

- a banda de tolerância é de 1,5% para mais ou para menos em todo o período.
- a meta começa em 4,25% em 2019 e vai caindo 0,25 a cada ano.
- o BCB bateu as metas em 2019 e 2020.
- desde 2017, a meta é determinada para 3 anos para a frente.

Pronto. Isso deve ajudar se a banca inventar de cobrar nesse nível de detalhe.



2.2.4 Debate sobre depósitos remunerados dos bancos comerciais no BCB

Como vimos, a principal forma pela qual o Banco Central do Brasil conduz a política monetária é por meio de operações compromissadas no Selic. E tem sido assim por muitos anos, especialmente após 1999, com o regime de metas de inflação e a proibição (na Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000) para que o Banco Central emitisse títulos próprios.

Com isso, ficou limitada a atuação do Banco Central na promoção da política monetária. Contudo, bancos centrais dos países mais desenvolvidos (EUA e União Europeia) contavam com um instrumento adicional: os **depósitos voluntários remunerados**.

Perceba que, diferente dos compulsórios, esses depósitos são realizados por vontade das próprias instituições financeiras, sem qualquer determinação de banco central.

Além disso, as instituições recebem remuneração por esses depósitos, ou seja, o banco central paga determinada taxa de juros para os saldos mantidos em depósitos compulsórios.

Na prática, um banco central poderia atrair esses depósitos voluntários pagando, por exemplo, 10% ao ano, mas certamente atrairia maior volume pagando 12 ou 15%. Dessa forma, a autoridade monetária teria um instrumento bastante prático para promover a política monetária:

- ▶ se quiser fazer política monetária expansionista, pode reduzir a remuneração dos depósitos, tornando preferível, para os bancos, realizarem empréstimos.
- ▶ se quiser fazer política monetária contracionista, pode elevar a remuneração dos depósitos, e os bancos vão colocar os recursos no Banco Central, em vez de emprestarem aos seus clientes.

Contudo, esse mecanismo não era utilizado no Brasil por ausência de previsão legal.

Discutia-se se por meio dessa remuneração o Banco Central não estaria financiando os bancos, ou seja, dinheiro público sendo utilizado em benefício de atividades privadas. Contudo, tal argumento não prosperou, pois as operações compromissadas também implicam em remuneração, inclusive com o custo podendo ser superior.

Assim, venceram os **argumentos a favor** da aprovação do recolhimento remunerado pelo Banco Central, sendo os principais:

- a) capacidade de propagação das decisões de política monetária pelo sistema financeiro.
- b) fácil entendimento pelos agentes financeiros
- c) simplicidade e reduzido custo operacional

O item "a" tem relação com a própria capacidade de execução da política monetária e cumprimento das metas de inflação. Com um instrumento adicional, essa capacidade do Banco Central aumenta.

Acredito que você vai concordar com o item "b", especialmente se compararmos com as operações compromissadas, né?



A complexidade de compreender as operações compromissadas está relacionada à complexidade operacional, ao envolver (e remunerar) o Selic, elevando os custos da operação. Os depósitos remunerados, nesses dois sentidos (operacional e financeiro), apresentam menores custos.

Com isso, foi aprovada, em 14 de julho de 2021, a lei nº 14.185/2021, **autorizando o Banco Central a acolher depósitos voluntários à vista ou a prazo das instituições financeiras e não financeiras integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro** (como as Instituições de Pagamentos).

Após a lei, o Banco Central **regulou** os depósitos voluntários por meio da Resolução BCB nº 129/2021.

Resumidamente, estabeleceu que:

- Os depósitos serão constituídos e liberados por meio de operações realizadas no âmbito do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Ou seja, **o registro na Selic é obrigatório**, mas menos complexo e custoso do que as operações compromissadas.
- O **prazo máximo** dos depósitos é de 12 meses.
- A **liberação antecipada** dos depósitos (antes do prazo, portanto) depende de expressa anuênciā do Banco Central do Brasil.
- As **taxas de remuneração** dos depósitos serão definidas por meio da realização de **leilão competitivo** ou serão previamente estabelecidas pelo BCB.
- Os depósitos (naturalmente) não serão considerados na composição de qualquer **recolhimento compulsório** ou encaixe obrigatório.

2.2.5 Outros “instrumentos de Políticas monetária

O Banco Central, o Conselho Monetário Nacional, e o governo dispõem de outras formas para regular a quantidade de moeda na economia.

O termo “instrumentos” está entre aspas, pois a principal finalidade destas ações não é a execução da política monetária, embora tenham reflexos nesse sentido, mesmo que involuntariamente.

- ▶ **Reservas internacionais:** moeda estrangeira (dólares, euros, libras etc.) não são meios de pagamento. O Banco Central é o responsável pela administração das reservas internacionais, e toda vez que ele compra moeda estrangeira dos exportadores, como ele entrega reais em troca, a oferta monetária aumenta. O contrário também se observa.
- ▶ **Política e regulação do crédito:** o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central normatizam e regulam as atividades das instituições financeiras, respectivamente. A regulamentação do crédito consignado e a criação do SCR são ações que aumentam os incentivos aos bancos para emprestar e, assim, aumentam a oferta monetária.



- ▶ **Emissão de moeda:** a própria emissão de moeda aumenta a oferta de moeda. Não há muito o que comentar aqui.
- ▶ **Juros:** os juros são o preço do dinheiro. Portanto, quanto maior forem os juros da economia, menor é a demanda por moeda, já que ela fica mais cara. Além disso, com os juros altos as empresas tendem a investir menos, o que reduz a demanda agregada. Portanto, os juros incidem principalmente sobre a demanda agregada, e não sobre a oferta de moeda. Em aula sobre inflação vemos isso mais a fundo. De toda forma, tenha em mente que juros e demanda agregada estão negativamente relacionados.

2.3 Política monetária expansionista X Política monetária contracionista

Quando o Banco Central **aumenta a oferta monetária**, dizemos que ele está adotando uma **política monetária expansionista**. O contrário ocorre quando o Bacen **diminui a oferta monetária**: a **política monetária é restritiva**.

A essa altura seu raciocínio já está bastante avançado, de forma que vamos apenas dar alguns exemplos para consolidarmos a compreensão desse assunto:

Políticas Monetárias



EXPANSIONISTAS



RESTRITIVAS

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ▶ Compra, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto; ▶ Redução da taxa de redesconto; ▶ Aumento dos redescontos (notou a diferença em relação ao item acima?); ▶ Emissão de moeda; ▶ Diminuição das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios; ▶ Compra, pelo Banco Central, de moeda estrangeira de exportadores brasileiros. ▶ Aumento da segurança dos bancos por meio de normatização de garantias. | <ul style="list-style-type: none"> ▶ Venda, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto; ▶ Aumento da taxa de redesconto; ▶ Redução dos redescontos; ▶ Aumento das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios; ▶ Venda, pelo Banco Central, de moeda estrangeira aos importadores brasileiros. ▶ Aumento das exigências a serem cumpridas pelos bancos, como direcionamento do crédito. |
|--|---|

Como vimos, a adoção de políticas monetárias expansionistas pode ter por objetivo o aumento da demanda agregada, enquanto as políticas monetárias restritivas podem focar em reduzir o consumo.



3 TAXAS E CURVA DE JUROS

Nesta parte da aula, nosso trabalho consiste em compreender um pouco melhor os **juros**. Primeiro, vamos entender a diferença entre **juros reais** e **juros nominais**. Em seguida, conheceremos os **juros de curto prazo e de longo prazo**, bem como o conceito de **curva de juros**.

Vamos começar!

Quando você empresta dinheiro para alguém (para mim, por exemplo), você deixa de usar esse dinheiro por algum tempo. Se você me emprestar R\$100 para eu te pagar daqui a um ano, você ficará por 30 dias privado de usar os seus R\$100, correto?

Então, é justo que você cobre algo de mim por isso. Algo que compense você por esse tempo sem acesso ao seu dinheiro: **juros**. Por isso, os juros podem ser entendidos como o **preço do dinheiro no tempo**.

Mas acontece que o tempo diminui o valor do dinheiro, com aquilo que chamamos de **inflação**. Ao longo do tempo, os preços sobem.

Voltando ao empréstimo de R\$100 que você vai me fazer, para pagamento daqui a um ano. Digamos que você acerte comigo o pagamento de R\$110, ou seja, vou te pagar 10% de juros. Mas aí, no papel de professor e bom tomador, eu te lembro que a inflação esperada para o próximo ano é de exatamente 10%.

Sendo assim, daqui a um ano, quando eu te pagar, você terá R\$110, mas esses comprarão exatamente o mesmo que seus R\$100 compram hoje. Cadê a compensação por ter ficado sem o dinheiro esse tempo todo?

Com isso, a gente ajusta os juros do nosso empréstimo para, digamos, 18%. Sendo assim, eu vou te pagar R\$118, sendo que R\$10 é apenas para repor a inflação que esperamos, enquanto os outros R\$8 são para remunerar você.

Nesse exemplo, chamamos os 8% de **juros reais**, pois é com eles que você **realmente vai lucrar nesse negócio**. Os 18% são os **juros nominais**, pois são eles que **aparecerão no nosso contrato**, que incluem a **inflação** e os juros reais. Portanto:

$$\text{Juros nominais} = \text{juros reais} + \text{inflação}$$

É por isso que a inflação mais alta implica em juros nominais mais altos, e vice-versa.

"taxa nominal = taxa real + inflação" é uma definição, e não uma fórmula. Ou seja, os juros nominais incluem a inflação e os juros reais. O cálculo das taxas não é tão simples assim, mas é assunto para Matemática Financeira (equação de Fisher).



Note que esse mesmo raciocínio de decompor os juros faz sentido em qualquer contrato de empréstimo, pois todo credor sempre vai querer saber quanto ganhará realmente com o negócio, fixando juros que cubram a inflação e ainda gerem alguma remuneração real.

Inclusive quem se torna credor do governo ao comprar títulos públicos. Esses títulos vão nos ajudar com o próximo assunto: a curva de juros.

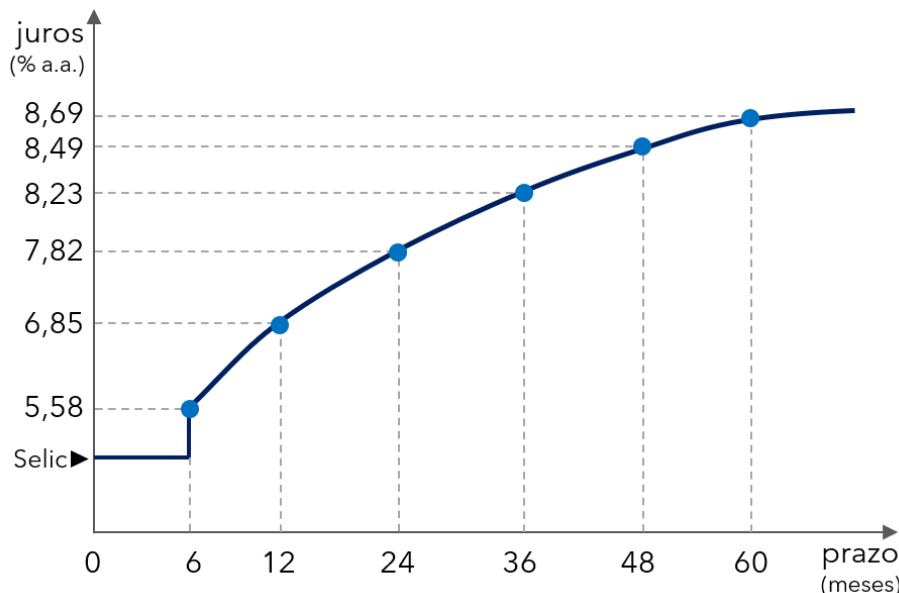
Dessa vez, em vez de me emprestar dinheiro, você vai emprestar para o governo, comprando títulos públicos. Ao analisar as opções de títulos disponíveis, você percebe que tem várias opções de vencimentos:

- 6 meses, pagando o equivalente a 5,88% ao ano;
- 12 meses, pagando 6,85% ao ano;
- 24 meses, pagando 7,82% ao ano;
- 36 meses, pagando 8,23% ao ano;
- 48 meses, pagando 8,49% ao ano;
- 60 meses, pagando 8,69% ao ano.

Os dados acima são reais, mas não precisamos entrar em detalhes.

Faz sentido que prazos mais longos paguem juros maiores, pois vão expor você a maiores riscos, incluindo a inflação, que muito provavelmente em 60 meses estará maior do que tem em 6 meses, concorda? Então, se você comprar o título que só vai te pagar dentro de 48 meses, receberá, em cada ano, mais juros do que se comprar o título de 24 meses, por exemplo.

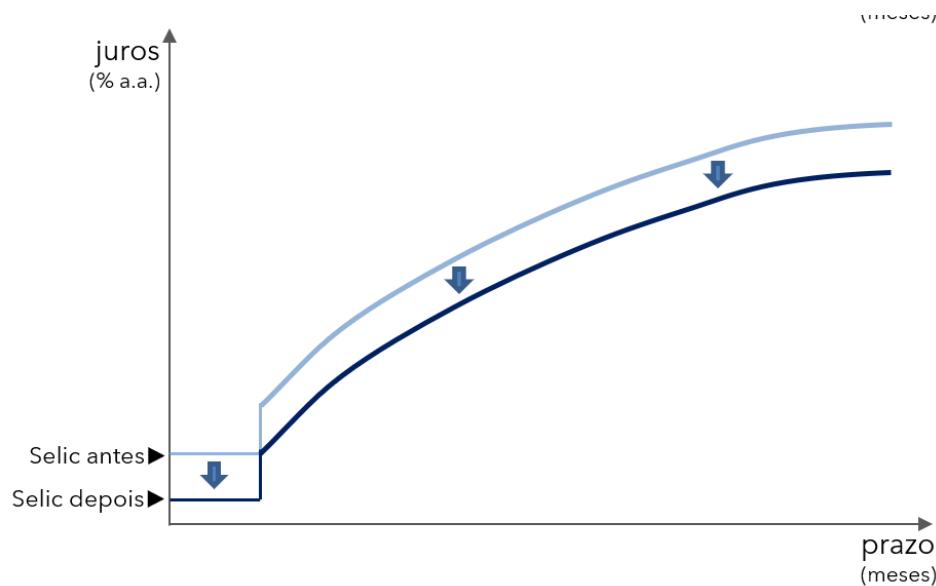
Se colocarmos os prazos e juros acima em um gráfico, teremos algo assim:



Note porque a taxa Selic é chamada de taxa básica de juros: ela determina o piso dos juros de curtíssimo prazo (lembre-se que a Selic over é apurada diariamente). Com isso, ela é capaz de influenciar os juros de longo prazo.



Por exemplo, por meio de política monetária expansionista, o Banco Central pode reduzir a Selic, deslocando a curva de juros para baixo, deste jeito:



E como títulos públicos possuem risco de crédito (calote) muito baixo, o que a curva acima acaba por nos revelar, implícita e basicamente, são as próprias expectativas de inflação.

Por outro lado, se em vez de termos utilizado títulos públicos, tivéssemos colocado os juros cobrados nos contratos bancários em geral, a curva passaria a incluir não apenas o risco de inflação, mas também o risco de crédito e cambial, especialmente nos juros de longo prazo.

Isso nos dá o gancho para o próximo assunto.



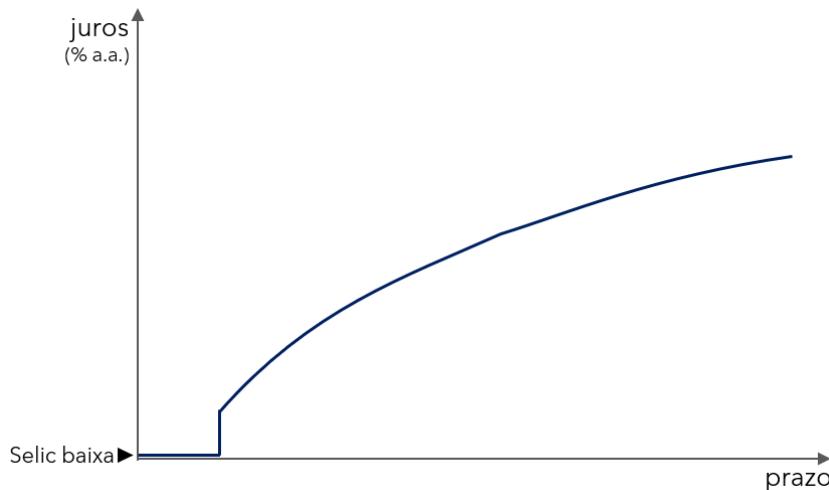
4 POLÍTICAS MONETÁRIAS NÃO CONVENCIONAIS (PMNC)

As **políticas monetárias não convencionais (PMNC)**, como o nome indica, são políticas que não envolvem as (convencionais) operações compromissadas em mercado aberto, taxas de redesconto e determinação da alíquota do compulsório.

Essas políticas foram implementadas por bancos centrais de vários países após a crise mundial de 2008, quando os instrumentos clássicos demonstraram ineficiência para estimular a economia: os bancos simplesmente pararam de conceder créditos, com medo da crise e suas consequências, como a alta da inadimplência e instabilidade econômica. Coisas que tiram totalmente o apetite de quem empresta dinheiro.

Além disso, as taxas de juros de curto prazo já estavam próximas a zero. Nessa situação, a política monetária expansionista convencional se torna ineficaz, pois não é possível reduzir os juros básicos para estimular os bancos a operarem com empréstimos ao público.

Veja a curva de juros a seguir, e ficará evidente que baixar a Selic e, com isso, reduzir os juros futuros, não é mais possível:



E se a política convencional não funciona, para recolocar a economia nos eixos, bancos centrais como o FED (Estados Unidos) e o BCE (Banco Central Europeu) passaram a utilizar as tais PMNC, que convenientemente, pelo menos agora, também podemos dividir em três tipos:

- Sinalização
- Crédito
- Quase débito

Já iremos falar mais sobre cada uma delas, mas já podemos estabelecer um comparativo.



Políticas monetárias **convencionais**

- Instrumentos
- Mercado aberto
- Redesconto
- Compulsório
- Transmissão ao mercado por meio da taxa básica de juros (Selic, no Brasil).

Políticas monetárias **não convencionais** (PMNC)

- Instrumentos
- Sinalização
- Crédito
- Quase débito
- Transmissão mais direta ao mercado.

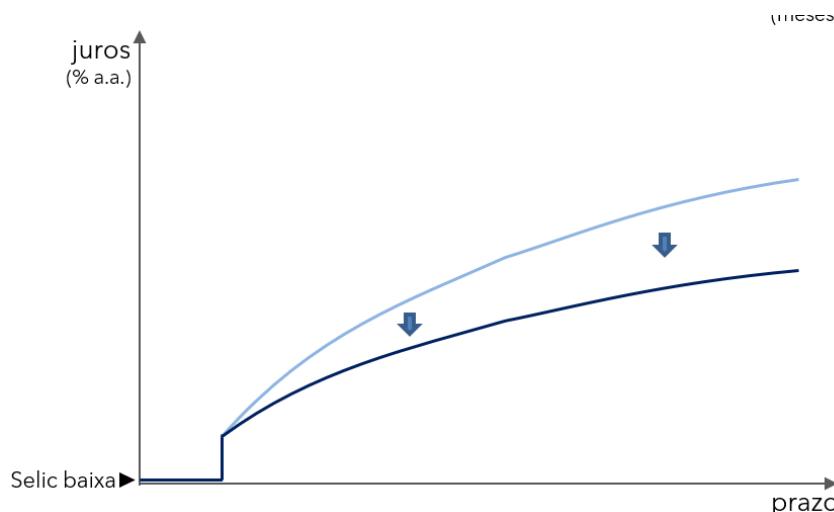
A **política de sinalização**, também chamada “canal de sinalização”, consiste em controlar as expectativas do mercado, por meio de compromissos e anúncios públicos do banco central.

Note que essa sinalização é considerada importante no sistema de metas de inflação (considerando convencional), mas como política não convencional ela assume protagonismo, com a autoridade monetária, em períodos de crise, assumindo compromissos com:

- ▶ taxa de juros de longo prazo
- ▶ compra de ativos financeiros
- ▶ concessão de crédito para instituições financeiras
- ▶ tolerância ao aumento de preços, em benefício da atividade econômica

Por buscar controlar as expectativas futuras da economia, a política de sinalização também é chamada de “orientação para frente” (**forward guidance**).

A política de sinalização, naturalmente, depende da confiança que os agentes econômicos (famílias e empresas) têm na autoridade, além de ter capacidade de potencializar a eficácia das outras PMNC (quase débito e crédito). Se ela funcionar, o banco central é capaz de reduzir a taxa de juros de longo prazo, reduzindo a percepção de riscos:



A **política de crédito** é de mais simples compreensão, pois consiste no banco central conceder empréstimos diretamente para instituições bancárias (canal estrito) ou não bancárias (canal amplo), afetando de forma mais direta as taxas de juros. Indo além, o governo também pode



promover empréstimos diretamente aos tomadores, por meio de bancos públicos, o que no caso brasileiro significaria atuar por meio de Caixa, Banco do Brasil e BNDES. É uma atuação direta sobre as taxas de juros de longo prazo.

Já as políticas de **quase débito** se manifestam com o banco central comprando definitivamente títulos públicos de longo prazo ou trocando-os por títulos de curto prazo.

Isso pode ocorrer, basicamente, de duas formas:

1. com o banco central adquirindo os ativos, de forma definitiva, e promovendo a elevação da base monetária (flexibilização quantitativa, **quantitative easing** ou afrouxamento quantitativo); ou
2. com o banco central trocando títulos de longo prazo por títulos de curto prazo (flexibilização de metas). Nesse caso, não ocorre expansão da base monetária.

O quantitative easing foi amplamente utilizado por países como Estados Unidos e Japão. O balanço do FED, por exemplo, aumentou cerca de 5 vezes entre 2008 e 2020.

4.1 Outras políticas monetárias não convencionais

Alguns autores apontam, ainda, outros dois tipos de políticas monetárias não convencionais, relacionadas ao **câmbio** e às **reservas bancárias**.

Nesse caso também é simples: os agentes econômicos embutem nos juros, especialmente de longo prazo, suas expectativas em relação às variações na **taxa de câmbio**.

Quanto maiores as variações esperadas, maior serão os juros em alguns contratos, para cobrir esse risco.

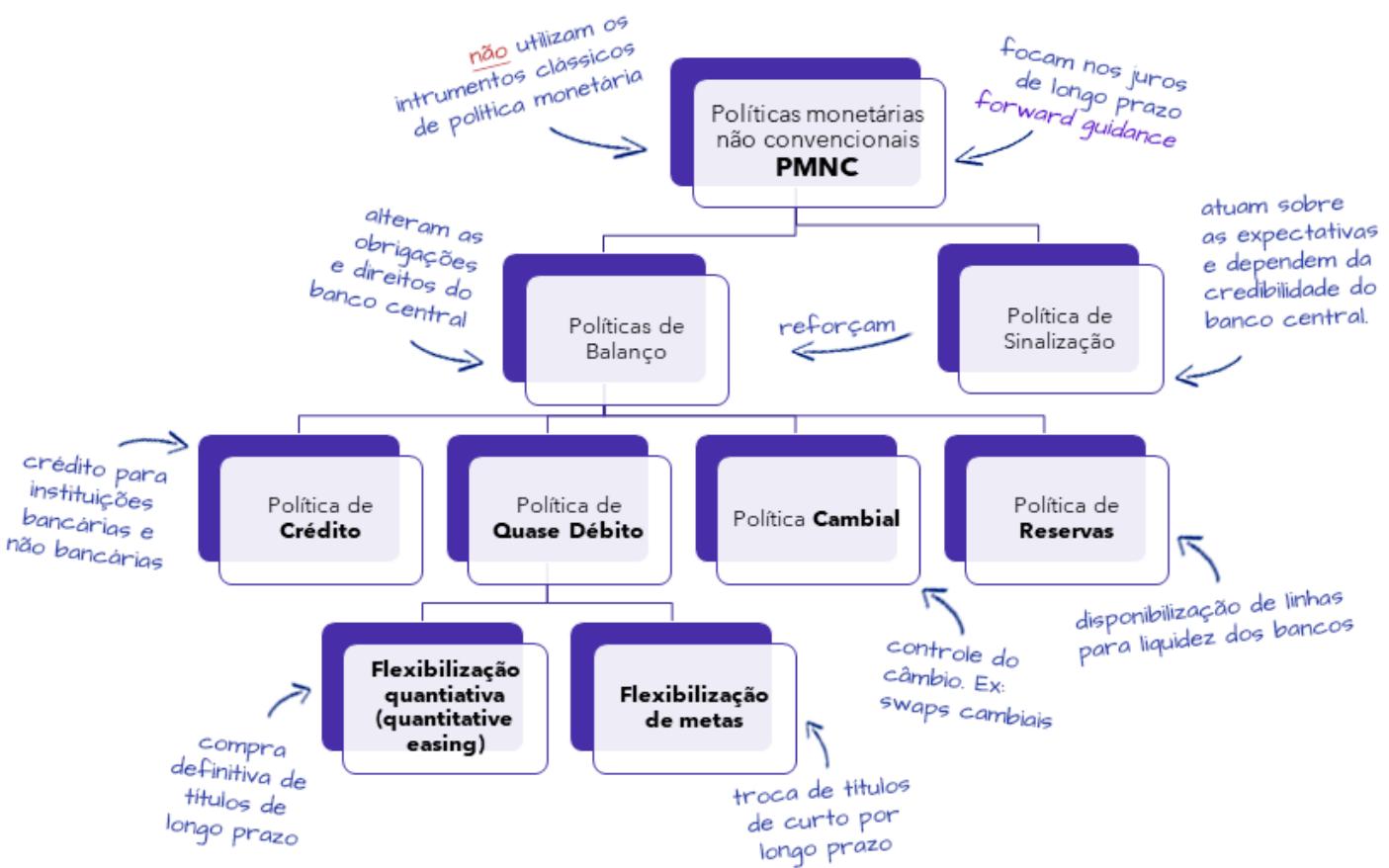
Sendo assim, os bancos centrais podem atuar dando garantias contra a oscilação na taxa de câmbio, como as operações de **swaps cambiais**.

E em relação às reservas também é simples: os bancos, com receio de ficarem sem reservas, podem segurar as aplicações (emprestando menos). Para aplacar esse receio, o banco central pode oferecer (ou ampliar as existentes) linhas de **empréstimos de liquidez** que coloca à disposição dos bancos e demais instituições financeiras.

Para finalizar, observe que as políticas de crédito, quase débito, câmbio e reservas, por afetarem o balanço do banco central, são chamadas **políticas de balanço**, ou pode ser dito que operam por meio do balanço, ao contrário das políticas de sinalização.

Agora, a gente só precisa de um belo esquema para condensarmos as PMNC.





Apesar de amplas discussões que emergem naturalmente de tudo que é “não convencional”, diversos estudos apontam que as PMNC obtiveram sucesso em reverter as recessões e processos deflacionários iniciados em 2008.

E a aula? Acabou!



RESUMO E ESQUEMAS DA AULA

FUNÇÕES DA MOEDA



Reserva de Valor: significa que a moeda pode ser guardada para comprar coisas depois. Em outras palavras, reter moeda é uma forma de transferir o poder de compra presente para o futuro. Claro que essa reserva de valor não é perfeita, pois a inflação diminui o valor da moeda. É por isso que em períodos de inflação alta, as pessoas trocam moeda por títulos que paguem juros, ou até mesmo por moedas estrangeiras mais estáveis.



Unidade de conta: essa característica da moeda é o que nos permite dizer que uma camisa custa R\$300 e que um refrigerante em lata custa R\$3. Graças à função de unidade de conta da moeda não precisamos dizer que uma camisa custa 100 refrigerantes; **a moeda é o padrão oficial de preços.** Por isso, as bancas também chamam essa função de **Padrão de Valor.**



Meio de troca: dizer que a moeda é o meio de troca é o mesmo que dizer que ela é utilizada para comprar qualquer tipo de bem ou serviço. Por causa dessa função, eliminamos o **escambo** da sociedade, que ocorre quando uma mercadoria é trocada diretamente por outra. Antes do advento da moeda, se alguém que tivesse uma ovelha precisasse de um casaco, precisaria encontrar alguém com um casaco que precisasse de uma ovelha... imagine o trabalho!

ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS (DESEJÁVEIS) DA MOEDA



baixo custo de estocagem



baixo custo de transação



difícil de falsificar



alta durabilidade



divisibilidade



transportável

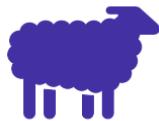


manuseável



homogeneidade





TIPOS DE MOEDA

Moeda-mercadoria: civilizações mais antigas utilizavam como moeda algumas mercadorias com **valor intrínseco**, o que significa que a própria moeda possuía algum valor de uso, podendo ser utilizada para algum fim que além da transação comercial. A palavra **salário**, por exemplo, vem do sal com qual eram pagos os soldados do império romano. O ouro também foi amplamente utilizado na antiguidade como moeda-mercadoria. Mas ela não está extinta: ainda hoje cigarros são utilizados como moeda-mercadoria nos presídios do mundo todo.

Quando você olha do ponto de vista das características (ou atributos) da moeda, fica evidente que a moeda-mercadoria carece de homogeneidade (duas ovelhas ou duas conchas nunca serão idênticas).



Padrão-ouro: uma moeda padrão-ouro é aquela que pode ser trocada por determinado valor em ouro, como se fosse um certificado vinculado a uma certa quantidade de ouro guardada em algum cofre. Por isso se diz que a moeda possui **lastro**.



Fiduciária: essa é aquela moeda que só tem valor porque o governo disse que tem, e todo mundo acreditou. Esses pedaços de papéis coloridos no seu bolso não têm nenhum valor de uso pois, ao contrário do sal ou do ouro, você não pode temperar sua comida nem fazer joias ou circuitos eletrônicos com uma nota de cem reais. Esse é o tipo de moeda que predomina no mundo contemporâneo.



Escritural: moeda escritural é aquela representada pelos depósitos à vista que as pessoas têm nos Bancos Comerciais. Aqueles números eletrônicos em sua conta bancária têm tanta liquidez e aceitação quanto a moeda fiduciária e, portanto, também são considerados moeda. Veremos como isso funciona bem a fundo nesta aula.



$$\text{PME} = \text{PMC} + \text{CX}_{\text{BACEN}} = \text{PMPP} + \text{CX}_{\text{BACOMS}} + \text{CX}_{\text{BACEN}}$$



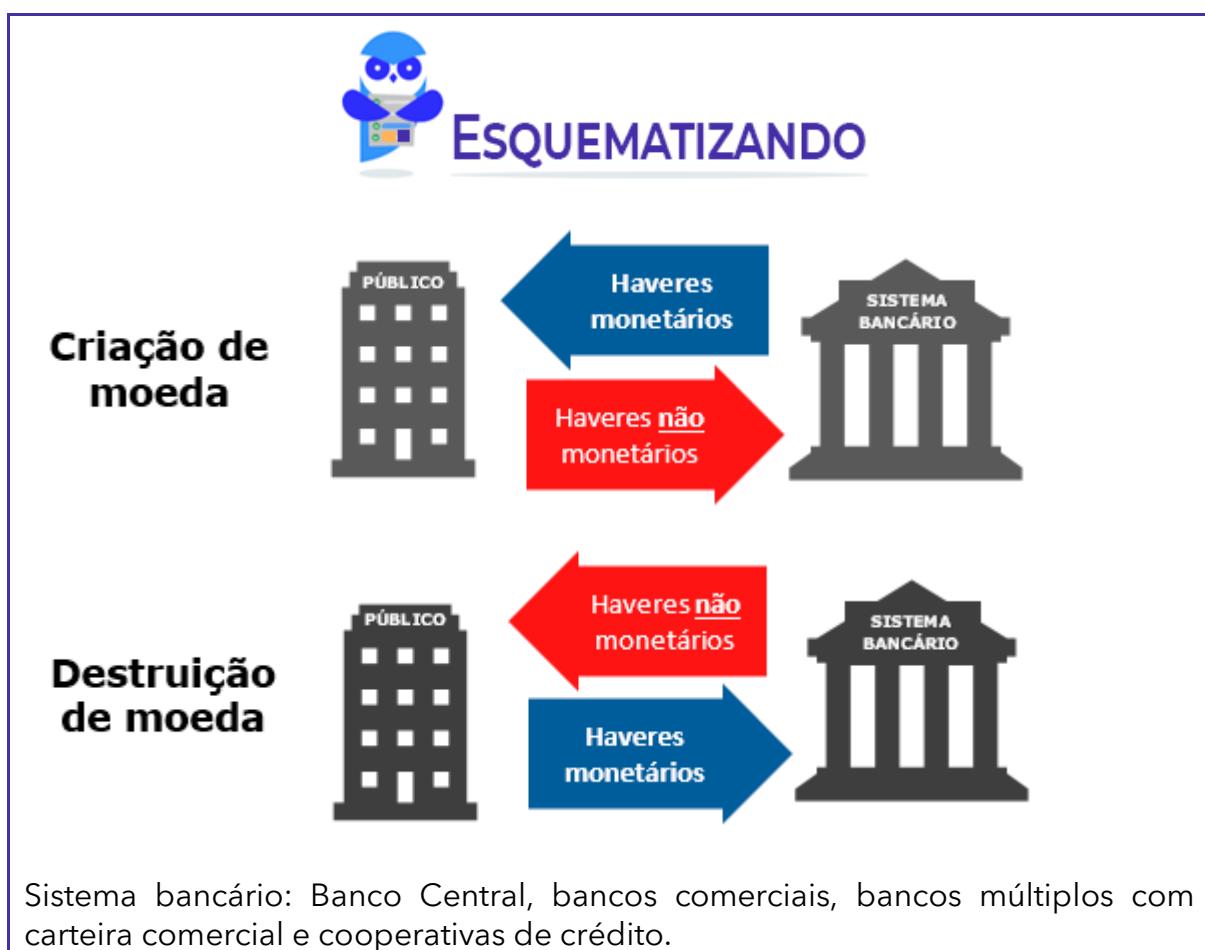
AGREGADOS MONETÁRIOS

M1	Papel moeda em poder do público + Depósitos à Vista
M2	M1 + Depósitos de Poupança + Títulos emitidos por Instituições Depositárias + Depósitos Especiais Remunerados
M3	M2 + Cotas de Fundos de Investimentos + Operações Compromissadas Selic
M4	M3 + Títulos Públicos Federais de Alta Liquidez

$$\text{PMC} \quad \text{Encaixes}$$

BASE MONETÁRIA=PMPP+ CX_{BACOMS}+ RESERVAS BANCÁRIAS

BASE MONETÁRIA=PMPP+ ENCAIXES BANCÁRIOS





Somente transações entre o setor bancário **e** o público criam ou destroem moeda!

Criação de moeda	Destrução de moeda	Neutra
Empresa resgata aplicação financeira.	Banco Central vende títulos públicos para empresa pública.	Itaú transfere valores ao Bradesco a título de compensação.
Banco Central compra títulos públicos de banco de investimentos. Note que o banco de investimento não capta depósitos à vista, portanto é parte do "público".	Banco comercial recebe depósitos a prazo de empresa privada.	Banco Central compra títulos públicos do Santander.
Pessoa transfere saldo de sua conta poupança para conta corrente.	Pessoa aplica em CDBs.	Ministério da Fazenda paga seus servidores.
Banco Central compra dólares de exportadores.	Banco Central vende dólares para importadores.	Banco de investimentos empresta dinheiro para uma montadora de automóveis.

SISTEMA DE RESERVAS FRACIONÁRIAS

Sistema que permite aos bancos manter apenas uma parte dos depósitos que recebe como reservas, podendo emprestar a fração restante.

MULTIPLICADOR MONETÁRIO (m)

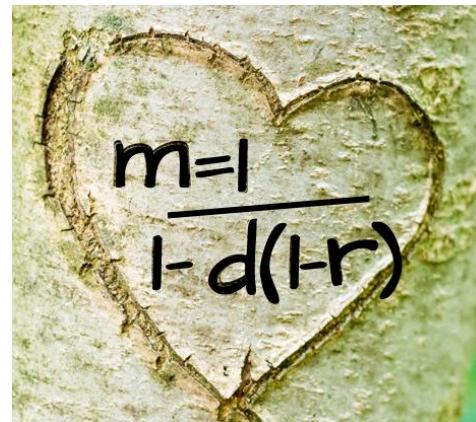
$$m = \frac{M1}{B} = \frac{1}{1-d(1-r)}$$

Onde:

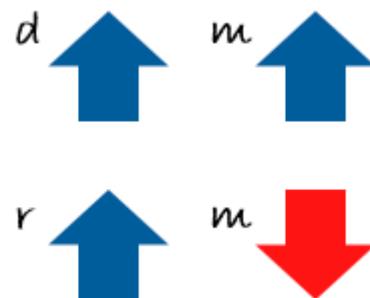
d: depósitos à vista / M1

r: reservas (encaixes) totais / depósitos à vista





RELAÇÕES DO MULTIPLICADOR MONETÁRIO



Objetivos da Política Monetária



MONETARISTA

Estabilidade do nível de **preços**



KEYNESIANA

Regulação do **nível de emprego e produção**



Redesconto	Compulsórios	Mercado Aberto
<ul style="list-style-type: none"> • Linha de crédito que o BCB disponibiliza aos bancos. • Elevar a taxa: contracionista, pois diminui a propensão dos bancos a emprestar • Reduzir a taxa: política expansionista, pois aumenta a propensão dos bancos a emprestar 	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual dos depósitos de clientes que os bancos precisam recolher junto ao BCB. • Elevar o percentual: contracionista, reduz o valor disponível para empréstimos. • Reduzir o percentual: expansionista, eleva o valor disponível para empréstimos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Venda e compra de títulos públicos pelo BCB • Venda: contracionista, pois o BCB retira moeda. • Compra: expansionista, pois o BCB entrega moeda.

ESQUEMA DE POLÍTICAS MONETÁRIAS E INSTRUMENTOS

INSTRUMENTO	USO	TIPO DE POLÍTICA	TENDÊNCIA PIB E INFLAÇÃO
Mercado Aberto	Compra	Expansionista	Aumento
	Venda	Contracionista	Queda
Taxa de Redesconto	Elevação	Contracionista	Queda
	Diminuição	Expansionista	Aumento
Alíquota do compulsório	Elevação	Contracionista	Queda
	Diminuição	Expansionista	Aumento

REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO

CMN determina Meta de Inflação e intervalo de tolerância, em IPCA

BCB determina Selic
Meta e opera para cumprir Meta de Inflação

Meta não cumprida:
Presidente do BCB envia carta aberta ao Ministro da Economia.

Exemplos de Políticas Monetárias



EXPANSIONISTAS

- ▶ Compra, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- ▶ Redução da taxa de redesconto;
- ▶ Aumento dos redescontos (notou a diferença em relação ao item acima?);
- ▶ Emissão de moeda;
- ▶ Diminuição das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- ▶ Compra, pelo Banco Central, de moeda estrangeira de exportadores brasileiros.
- ▶ Aumento da segurança dos bancos por meio de normatização de garantias.



RESTRITIVAS

- ▶ Venda, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- ▶ Aumento da taxa de redesconto;
- ▶ Redução dos redescontos;
- ▶ Aumento das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- ▶ Venda, pelo Banco Central, de moeda estrangeira aos importadores brasileiros.
- ▶ Aumento das exigências a serem cumpridas pelos bancos, como direcionamento do crédito.

$$\text{Juros nominais} = \text{juros reais} + \text{inflação}$$

Políticas monetárias **convencionais**

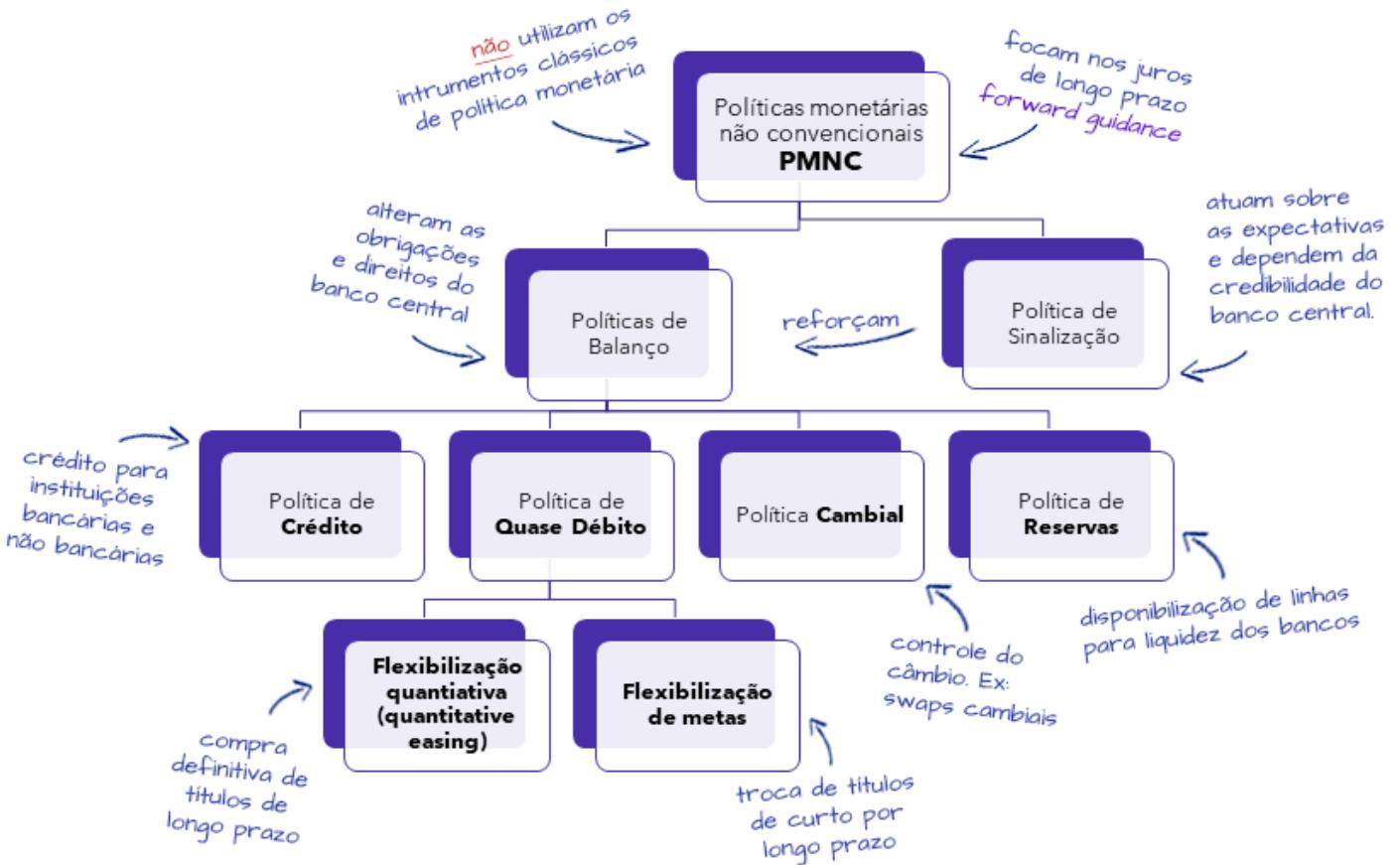
- Instrumentos
- Mercado aberto
- Redesconto
- Compulsório
- Transmissão ao mercado por meio da taxa básica de juros (Selic, no Brasil).

Políticas monetárias **não convencionais** (PMNC)

- Instrumentos
- Sinalização
- Crédito
- Quase débito
- Transmissão mais direta ao mercado.



POLÍTICAS MONETÁRIAS NÃO CONVENCIONAIS



BIBLIOGRAFIA

Banco Central do Brasil, em <https://www.bcb.gov.br/>

Mercado Financeiro. Atlas. Assaf Neto, Alexandre. Edição Kindle.

Mercado Financeiro Produtos e Serviços. Fortuna, Eduardo. Qualitymark Editora. Edição Kindle.

Paulo José Saraiva - Crise econômica e as políticas monetárias convencionais e não convencionais: um breve survey da literatura.

► disponível em <https://revistas.ufpr.br/economia/article/download/67804/41831>



QUESTÕES COMENTADAS

1. (2009/CESGRANRIO/BNDES/Profissional Básico - Comunicação Social)

As moedas-mercadoria, usadas como intermediárias de troca nas economias de mercado, são constituídas de substâncias que devem ter certas características físicas ou químicas, dentre as quais NÃO figura a

- a) flexibilidade.
- b) durabilidade.
- c) homogeneidade.
- d) divisibilidade.
- e) facilidade de transporte.

Comentários:

A questão quer que você indique a alternativa que não traz uma característica (ou atributo) da moeda. Nesse sentido, não precisamos que a moeda tenha "flexibilidade" (letra A), ou em vez de papel-moeda teríamos borracha-moeda. Pelo contrário, a flexibilidade tende a significar menor durabilidade e homogeneidade. Aproveitamos para relembrar os atributos da moeda:



Gabarito: "a"

2. (2014/VUNESP/TJ PA/Analista Judiciário - Economia)

Preocupados com a perspectiva de alta na inflação, moradores de um país passam a guardar em suas casas algum tipo de moeda forte estrangeira, como o dólar ou o euro. A função da moeda local transferida para moedas estrangeiras, nesse caso, foi

- a) meio de troca.
- b) unidade de conta.
- c) poupança.



- d) velocidade-renda.
- e) reserva de valor.

Comentários:

Quando a inflação corrói o poder de compra da moeda doméstica, ela perde sua função de reserva de valor. Em outras palavras, torna-se mal negócio guardar dinheiro em espécie debaixo do colchão. Por isso, "e" é nosso gabarito.

As funções de meio de troca e unidade de conta continuam existindo, afinal ainda é possível comprar e contar o valor de mercadorias com o dinheiro, ainda que seja preciso atualizar constantemente, e por isso "a" e "b" estão erradas.

Por fim, "velocidade-renda" e "poupança" não são funções da moeda.

Gabarito: "e"

3. (2011/CESGRANRIO/TRANSPETRO/Engenheiro Júnior)

- Se o multiplicador dos meios de pagamento em certo país for igual a 2, isso significa que o(a)
- a) total de meios de pagamento é o dobro do PIB.
 - b) total de empréstimos é o dobro dos depósitos nos bancos.
 - c) total de meios de pagamentos é o dobro da base monetária.
 - d) velocidade renda de circulação de moeda é 0,5.
 - e) taxa de inflação no país deve dobrar.

Comentários:

O multiplicador dos meios de pagamento (ou multiplicador monetário) informa quantas vezes os meios de pagamento são superiores à base monetária. Colocando em termos matemáticos:

$$m = M/B$$

Se o valor de "m" é 2, necessariamente M é duas vezes maior que B.

Gabarito: "c"

4. (2013/CESGRANRIO/BNDES/Profissional Básico)

O sistema bancário de reservas fracionárias possibilita que instituições financeiras privadas obtenham lucratividade, por permitir que essas instituições

- a) paguem impostos federais equivalentes a uma fração de seus depósitos bancários.



- b) possam cobrar de seus clientes, em tarifas bancárias, uma fração de seus depósitos bancários.
- c) mantenham uma fração de seus depósitos bancários em moeda estrangeira.
- d) mantenham apenas uma fração de seus depósitos bancários em seus cofres e o restante nos cofres do Banco Central.
- e) mantenham em mãos apenas uma fração de seus depósitos bancários, utilizando o resto para oferecer empréstimos com juros.

Comentários:

O sistema de reservas fracionárias permite que os bancos emprestem uma parte dos depósitos, mantendo apenas uma parte como reservas. Nesse sentido, o termo "em mãos" não é muito adequado, mas a alternativa "e" ainda é a melhor opção.

- a) paguem impostos federais equivalentes a uma fração de seus depósitos bancários.

O sistema de reservas nada tem a ver com tributos.

- b) possam cobrar de seus clientes, em tarifas bancárias, uma fração de seus depósitos bancários.

Também não é o sistema que permite isso. Eu diria até que o sistema causa justamente o inverso: como os bancos podem emprestar parte dos depósitos, eles tendem a atrair esses depósitos, algo que seria bastante complicado de fazer se fossem cobradas tarifas sobre os saldos.

- c) mantenham uma fração de seus depósitos bancários em moeda estrangeira.

Errado. Também não tem a ver com moeda estrangeira.

- d) mantenham apenas uma fração de seus depósitos bancários em seus cofres e o restante nos cofres do Banco Central.

Errado. O correto seria: uma fração em reservas, e o restante pode ser emprestado.

Gabarito: "e"

5. (2019/FGV/DPE RJ/Técnico Superior Especializado - Economia)

Os agregados monetários (M1, M2, M3 e M4) diferem de acordo com sua liquidez. Nesse sentido, relacione cada agregado monetário com seus respectivos elementos ou características.

1. M1
2. M2
3. M3
4. M4

(_) Inclui apenas papel-moeda em poder do público e depósitos à vista.



(_) Um aumento dos depósitos de poupança eleva tanto este agregado como o(s) agregado(s) inferior(es).

(_) Inclui títulos públicos de elevada liquidez.

(_) Uma redução das cotas de fundo de renda fixa reduz tanto este agregado como o(s) agregado(s) inferior(es).

A sequência correta é:

a) 1, 2, 3 e 4;

b) 1, 2, 4 e 3;

c) 1, 3, 4 e 2;

d) 2, 4, 3 e 1;

e) 2, 1, 3 e 4.

Comentários:

Apenas observando a tabela, já podemos concluir facilmente que M1 é aquele que incluir apenas papel moeda em poder do público e depósitos à vista, assim como apenas M4 inclui títulos públicos de alta liquidez, deixando-nos entre as alternativas "b" e "c":

M1	Papel moeda em poder do público + Depósitos à Vista
M2	M1 + Depósitos de Poupança + Títulos emitidos por Instituições Depositárias + Depósitos Especiais Remunerados
M3	M2 + Fundos de Investimentos + Operações Compromissadas Selic
M4	M3 + Títulos Públicos Federais de Alta Liquidez

A redução nas cotas de fundos de investimentos reduz M3, mas nada altera em relação ao M2, de forma que temos nosso gabarito.

Gabarito: "b"

6. (2011/CESGRANRIO/BNDES/Profissional Básico - Economia)

Em relação ao tema de agregados monetários, considere as seguintes siglas:

PMC = Papel-moeda em circulação

CBCOM = Encaixe em moeda mantido pelo sistema bancário (Caixa dos Bancos Comerciais)

CBACEN = Caixa do Banco Central

DVBCOM = Depósitos à vista nos bancos comerciais

PMPP = Papel-moeda em poder do público

PME = Papel-moeda emitido

TPPSP = Títulos públicos em poder do setor privado

TEID = Títulos emitidos por instituições depositárias.

A definição de meios de pagamento (M1) é dada por



- a) M1 = PMC - CBCOM - CBACEN + DVBCOM
- b) M1 = PME - CBACEN - CBCOM + DVBCOM
- c) M1 = PMPP + TPPSP
- d) M1 = PMPP + DVBCOM + TEID
- e) M1 = PMPP + PMC - PME + DVBCOM

Comentários:

Precisamos “transformar” as expressões em algo que conhecemos bem como M1, ou seja:

M1 = papel moeda em poder do público + depósitos à vista

Os depósitos à vista estão claramente definidos como DVBCOM, então apenas trocar deixa nossa expressão mais próxima do gabarito:

M1 = PMPP + DVBCOM

Com isso, vamos lembrar que papel moeda em poder do público é:

PME=PMPP+CXBACOMS+CXBACEN

Reorganizando:

PMPP = PME - CXBACOMS - CXBACEN

Utilizando as expressões da banca:

PMPP = PME - CBACEN - CBCOM

Por fim, substituindo na nossa expressão:

M1 = PME - CBACEN - CBCOM + DVBCOM

Exatamente como consta em “b”, o gabarito.

Também é possível lembrar que o papel moeda em poder do público (PMPP) é o que sobra do papel moeda emitido (PME) depois de descontarmos os caixas do Banco Central (CBACEN) e dos bancos comerciais (CBCOM).

Gabarito: “b”



7. (2015/VUNESP/SP/Auditor Municipal de Controle Interno)

Em uma determinada economia, o total de moedas em poder do público é 1 bilhão de reais, há 2 bilhões de reais em depósitos à vista e 500 milhões de reais em depósitos a prazo, como CDBs. A partir disso, conclui-se corretamente que

- a) o M1 é 3 bilhões de reais.
- b) a base monetária é 1 bilhão de reais.
- c) o M2 é 500 milhões de reais.
- d) o multiplicador bancário é 3.
- e) o M1 é 3,5 bilhões de reais.

Comentários:

Vamos classificar:

- moedas em poder do público é 1 bilhão de reais (**M1**),
- há 2 bilhões de reais em depósitos à vista (**M1**) e
- 500 milhões de reais em depósitos a prazo (**M2**). CDB são títulos emitidos por instituições depositárias.

Sendo assim, M1 é de 3 bilhões de reais, e "a" é nosso gabarito.

Lembrando que M2 é a soma de M1 com outras coisas, e no nosso caso ele será de 3,5 bilhões (por isso "c" está errada).

Gabarito: "a"

8. (2018/VUNESP/PREF SJC/Analista em Gestão Municipal - Ciências Econômicas)

Os agregados monetários, em geral, são ordenados por um grau de liquidez no qual

- a) quanto maior a classificação, mais líquida será o agregado.
- b) depósitos de poupança, de acordo com o Banco Central do Brasil (BC), é mais líquido que depósitos à vista.
- c) quotas de fundo de renda fixa são classificadas como haveres estritamente monetários.
- d) títulos públicos de alta liquidez são classificados com a mesma liquidez que depósitos de poupança.
- e) papel-moeda em poder do público e depósitos à vista são classificados com o mesmo grau de liquidez.

Comentários:

Deixando um pouco de lado que desde 2001 os agregados não são mais ordenados por grau de liquidez, e a questão de 2018 ignorar isso, podemos analisar cada alternativa à luz da classificação atual e, se houver inconsistência em uma situação real, entramos com recurso.



a) quanto maior a classificação, mais líquida será o agregado.

Vimos que apesar de esse não ser o critério (liquidez), de forma geral os agregados com menor numeração são mais líquidos. É impossível dizer que títulos públicos têm mais liquidez que depósitos à vista, então essa alternativa está errada.

b) depósitos de poupança, de acordo com o Banco Central do Brasil (BC), é mais líquido que depósitos à vista.

"Depósitos de poupança" entram em M2 enquanto "depósitos à vista" entram em M1. Mesmo sem isso, sabíamos que depósitos à vista são mais líquidos que depósitos de poupança, né?

c) quotas de fundo de renda fixa são classificadas como haveres estritamente monetários.

Cotas de fundo de renda fixa: M3

Haveres estritamente monetários: M1

Então não.

d) títulos públicos de alta liquidez são classificados com a mesma liquidez que depósitos de poupança.

Já falamos dos depósitos em poupança (M2), restando lembrar que títulos públicos de alta liquidez entram em "M4".

e) papel-moeda em poder do público e depósitos à vista são classificados com o mesmo grau de liquidez.

Isso mesmo, ambos são classificados em M1. Note que não houve prejuízo causado pelo equívoco da banca no enunciado em afirmar que o critério é a liquidez, e por isso, nesse caso específico, a questão realmente não deveria ser anulada, na minha opinião.

Gabarito: "e"

9. (2016/FGV/IBGE/Tecnologista - Economia)

Um trabalhador ganha um salário-mínimo e separa uma quantia para pagar as contas ao longo do mês. Esse ato destaca a função de:

- a) reserva de valor da moeda;
- b) padrão de valor da moeda;
- c) unidade de conta da moeda;
- d) meio de troca da moeda;
- e) poupança da moeda.



Comentários:

Temos aqui uma manifestação da função de reserva de valor da moeda, que é guardada para ser utilizada em outro momento.

Gabarito: "a"

10. (2018/VUNESP/PREF SJC/Analista em Gestão Municipal - Ciências Econômicas)

Os agregados monetários, em geral, são ordenados por um grau de liquidez no qual

- a) quanto maior a classificação, mais líquida será o agregado.
- b) depósitos de poupança, de acordo com o Banco Central do Brasil (BC), é mais líquido que depósitos à vista.
- c) quotas de fundo de renda fixa são classificadas como haveres estritamente monetários.
- d) títulos públicos de alta liquidez são classificados com a mesma liquidez que depósitos de poupança.
- e) papel-moeda em poder do público e depósitos à vista são classificados com o mesmo grau de liquidez.

Comentários:

A classificação dos agregados monetários de M1 a M4 consiste no agrupamento da maior para a menor liquidez, o que torna a alternativa "a" incorreta.

Depósitos de poupança entram no M2 enquanto depósitos à vista estão no M1, então estes são mais líquidos do que aqueles, e a alternativa "b" está errada. Os haveres estritamente monetários são apenas aqueles classificáveis em M1: papel moeda em poder do público e depósitos à vista. Portanto, a alternativa "c" está errada.

Os títulos públicos de alta liquidez entram apenas no M4, enquanto os depósitos de poupança entram desde o M2. A alternativa "d" também está errada.

A alternativa "e", por fim, traz o conceito de M1, e está correta.

M1	Papel moeda em poder do público + Depósitos à Vista
M2	M1 + Depósitos de Poupança + Títulos emitidos por Instituições Depositárias + Depósitos Especiais Remunerados
M3	M2 + Fundos de Investimentos + Operações Compromissadas Selic
M4	M3 + Títulos Públicos Federais de Alta Liquidez

Gabarito: "e"



11. (2013/FCC/DPE RS/Analista - Economia)

Os meios de pagamento, em seu conceito convencional, correspondem à soma:

- a) papel-moeda emitido + depósitos à vista nos bancos comerciais.
- b) papel-moeda em poder do público + reservas bancárias.
- c) depósitos à vista nos bancos comerciais + caixa, em moeda corrente, dos bancos comerciais.
- d) papel-moeda em poder do público + depósitos à vista dos bancos comerciais.
- e) papel-moeda em circulação + depósitos à vista e a prazo nos bancos comerciais.

Comentários:

Os meios de pagamento, em seu conceito convencional, são o que chamamos de M1. Dito isso, fica tranquilo de resolver, não é? Afinal, M1 = papel-moeda em poder do público + depósitos à vista dos bancos comerciais.

Gabarito: "d"**12. (2018/FGV/ALERO/Analista Legislativo - Economia)**

Em relação aos agregados monetários, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

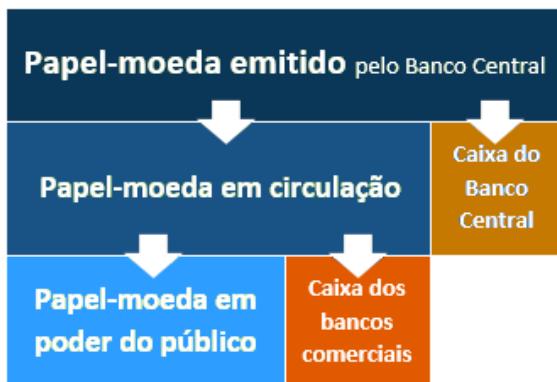
- () Uma elevação do caixa do Banco Central reduz o papel moeda em poder do público.
- () Uma redução das reservas compulsórias junto aos bancos comerciais eleva a base monetária.
- () O saque de um cheque no caixa de um banco eleva o saldo dos meios de pagamentos.

Segundo a ordem proposta, as afirmativas são, respectivamente,

- a) V - V - V.
- b) V - V - F.
- c) V - F - F.
- d) F - V - F.
- e) F - F - V.

Comentários:

Este esquema vai nos ajudar:



Se aumenta o caixa do banco central, reduz o papel-moeda em circulação e, consequentemente, reduz o papel moeda em poder do público. A primeira afirmativa é verdadeira.

A base monetária é dada por **PMC+RESERVAS BANCÁRIAS**. Portanto, se aumentam as reservas bancárias, diminui o papel moeda em circulação, mas a base monetária permanece inalterada. A segunda afirmativa é falsa.

Por fim, o saque de um cheque no caixa aumenta o papel moeda em poder do público e reduz os depósitos à vista. Portanto, os meios de pagamento estritos (M1) permanecem inalterados ou diminuem, se considerarmos o multiplicador. De um jeito ou de outro, a terceira afirmativa é falsa.

Gabarito: "c"

13. (2018/VUNESP/IPSM SJC/Analista de Gestão Municipal - Economia)

São fatores que tendem a elevar a oferta monetária na economia:

- redução das reservas internacionais do país, redução do depósito compulsório junto aos bancos comerciais e venda de títulos públicos pelo Tesouro Nacional.
- redução das reservas internacionais do país, redução do depósito compulsório junto aos bancos comerciais e compra de títulos públicos pelo Tesouro Nacional.
- concessão de empréstimos, por parte do Banco Central, aos bancos comerciais e venda de títulos públicos pelo Banco Central.
- elevação das reservas internacionais do país, concessão de empréstimos, por parte do Banco Central, aos bancos comerciais e compra de títulos públicos pelo Banco Central.
- redução das reservas internacionais, aumento do depósito compulsório e venda de títulos públicos pelo Banco Central.

Comentários:

A chave aqui é o termo “tendem”. Perceba, portanto, que não é preciso que a operação descrita tenha efeito imediato, podendo ser que apenas estimule o aumento da oferta monetária.

Vejamos cada uma das alternativas:

- redução das reservas internacionais do país, redução do depósito compulsório junto aos bancos comerciais e venda de títulos públicos pelo Tesouro Nacional.

Quando há redução das reservas internacionais, o Banco Central entrega haveres não monetários (dólares, por exemplo) ao público (importadores, por exemplo) e recebe em troca haveres monetários (reais). Sendo assim, há destruição de moeda, e redução da oferta. Isso já torna a alternativa errada (junto com “b” e “e”).

A redução dos compulsórios, de fato, tende a aumentar a oferta monetária, mas a alternativa já estava prejudicada.



A venda de títulos públicos pelo Tesouro Nacional só iria aumentar a oferta monetária se o comprador fosse o Banco Central ou um banco comercial. Não está especificado.

b) redução das reservas internacionais do país, redução do depósito compulsório junto aos bancos comerciais e compra de títulos públicos pelo Tesouro Nacional.

Já vimos sobre as reservas e a redução do compulsório. A compra de títulos pelo Tesouro vai diminuir a oferta monetária se o vendedor for o Banco Central, por exemplo, mas se o vendedor for o público, nada acontece nesse sentido.

c) concessão de empréstimos, por parte do Banco Central, aos bancos comerciais e venda de títulos públicos pelo Banco Central.

A concessão de empréstimos do Banco Central aos bancos comerciais não muda nada na oferta monetária de forma imediata, mas com mais dinheiro, os bancos comerciais podem emprestar mais e assim ampliar a oferta monetária, e a venda de títulos pelo BC pode reduzir a oferta se o comprador for parte do público.

d) elevação das reservas internacionais do país, concessão de empréstimos, por parte do Banco Central, aos bancos comerciais e compra de títulos públicos pelo Banco Central.

A elevação das reservas de fato aumenta a oferta monetária, pois indica que o Banco Central comprou moeda estrangeira e entregou reais em troca. Vimos na letra "c" que o empréstimo aos bancos comerciais tende a aumentar a oferta monetária. Por fim, a compra de títulos públicos pelo Banco Central ou aumentará a oferta diretamente, se o vendedor for o "público", ou aumentará a liquidez e capacidade de emprestar dos bancos comerciais. Aqui está nosso **gabarito**.

e) redução das reservas internacionais, aumento do depósito compulsório e venda de títulos públicos pelo Banco Central.

Aqui, tudo tende a diminuir a oferta monetária.

Gabarito: "d"

14. (2012/VUNESP/PREF SJC/Auditor Tributário Municipal - Gestão Tributária)

Há criação de meios de pagamentos quando

- a) um título público é negociado entre pessoas do público.
- b) um Banco Central compra um título público do público.
- c) um banco compra um título federal de outro banco.
- d) um banco aumenta seu capital, vendendo ações ao público.
- e) uma sociedade de economia mista paga uma dívida ao seu fornecedor.

Comentários:



Só há criação ou destruição de meios de pagamentos quando há transação entre o setor bancário (Banco Central + bancos comerciais) e o público. Isso já elimina "a", "c" e "e".

Em "b", temos o BC e entregando haveres monetários em troca de haveres não monetários. Portanto, há criação de meios de pagamento.

Em d", o banco recebe haveres monetários e entrega haveres não monetários (ações). Mesmo se suponhamos que é um banco comercial, a alternativa está errada.

Gabarito: "b"

15. (2019/CEBRASPE-CESPE/TCE-RO/Auditor de Controle Externo - Economia)

Uma economia apresenta os seguintes saldos:

- saldo dos depósitos à vista: 100 u.m.;
- saldo de papel-moeda em poder do público: 0 u.m.;
- saldo dos encaixes técnico, voluntário e compulsório: 50 u.m.

A partir dessas informações, caso haja, nessa economia, uma variação de 100 u.m. da base monetária, o aumento dos meios de pagamentos será, em u.m., de

- a) 0.
- b) 50.
- c) 100.
- d) 200.
- e) 500.

Comentários:

Sabemos que o multiplicador (m) nos mostra quantas vezes os meios de pagamento (M) são superiores à base monetária (B):

$$m = \frac{M}{B} = \frac{1}{1-d(1-R)}$$

Onde:

d: é a parte dos meios de pagamento mantidos em depósitos à vista, ou seja, $d = \text{depósitos à vista}/M_1$.

r: é a parte dos depósitos à vista que se será mantida como encaixe bancário, ou seja, não será emprestada.

Sendo $d=1$ e $r=0,5$:

$$m = \frac{1}{1-1.(1-0,5)}$$



Resolvendo:

$$m = \frac{1}{1-1.(0,5)}$$

$$m = \frac{1}{1-0,5}$$

m=2

Sendo assim, o aumento caso haja uma variação de 100 u.m. da base monetária, o aumento dos meios de pagamentos será duas vezes maior, ou seja, de 200 u.m.

Gabarito: "d"

16. (2014/CESGRANRIO/EPE/Analista de Pesquisa Energética)

Um ativo monetário que NÃO é considerado M1 é

- a) a moeda corrente
- b) os depósitos à vista
- c) os cheques de viagem
- d) os depósitos que possam ser movimentados por cheques
- e) os depósitos de poupança

Comentários:

Moeda corrente (a) e depósitos à vista (b), sem dúvidas, são M1. As demais precisam de análise.

Depósitos que possam ser movimentados por cheques (d) são, em essência, os próprios depósitos à vista.

Cheques de viagem também representam depósitos à vista, desde que sejam emitidos em reais para estrangeiros. Caso contrário, serão essencialmente moeda estrangeira. Isso tornaria a letra "c" uma boa candidata a gabarito. Não fosse a letra "e".

Os depósitos de poupança entram apenas no M2, então não são considerados M1.

Relembrando:

M1	Papel moeda em poder do público + Depósitos à Vista
M2	M1 + Depósitos de Poupança + Títulos emitidos por Instituições Depositárias + Depósitos Especiais Remunerados
M3	M2 + Cotas de Fundos de Investimentos + Operações Compromissadas Selic
M4	M3 + Títulos Públicos Federais de Alta Liquidez



Gabarito: "e"

17. (2018/CESGRANRIO/TRANSPETRO/Economista Júnior)

Em certo país, a propensão marginal a consumir é igual a 0,8; o Produto Interno Bruto (PIB,) é igual a 1000 unidades monetárias; a base monetária é igual a 100 unidades monetárias; a formação bruta de capital fixo é de 20% do PIB, ou seja, 200 unidades monetárias anuais; a taxa de inflação é de 10% ao ano; e os meios de pagamento totalizam 300 unidades monetárias.

Desses dados, conclui-se que a(o)

- a) inflação está em trajetória ascendente.
- b) exportação excede a importação.
- c) velocidade renda da circulação da moeda é 5.
- d) multiplicador da base monetária é 3.
- e) país se encontra em recessão.

Comentários:

Atendo-nos ao escopo desta aula, podemos calcular o multiplicador da base monetária com a seguinte fórmula:

$$m = \frac{M1}{B}$$

$$m = \frac{300}{100}$$

m = 3

Gabarito: "d"

18. (2018/FCC/TCE-RS/Auditor Público Externo - Ciências Econômicas)

O conceito de M2 para os meios de pagamento

- a) inclui os depósitos à vista, mas não os depósitos de poupança.
- b) inclui os títulos emitidos por instituições depositárias, mas não os depósitos especiais remunerados.
- c) inclui os depósitos de poupança, mas não as quotas de fundos de renda fixa.
- d) não inclui os depósitos especiais remunerados nem os depósitos de poupança.
- e) inclui os depósitos de poupança e os títulos públicos de alta liquidez.

Comentários:



M1	Papel moeda em poder do público + Depósitos à Vista
M2	M1 + Depósitos de Poupança + Títulos emitidos por Instituições Depositárias + Depósitos Especiais Remunerados
M3	M2 + Fundos de Investimentos + Operações Compromissadas Selic
M4	M3 + Títulos Públicos Federais de Alta Liquidez

O conceito de M2 inclui os depósitos de poupança, enquanto as quotas de fundos de investimento entram apenas em M3.

Gabarito: "c"

19. (2013/CESGRANRIO/BNDES/Profissional Básico - Economia)

Em relação ao tema de agregados monetários, considere as seguintes siglas:

PMC = Papel-moeda em circulação

CBCOM = Encaixe em moeda mantido pelo sistema bancário (Caixa dos Bancos Comerciais)

CBACEN = Caixa do Banco Central

DVBCOM = Depósitos à vista nos bancos comerciais

PMPP = Papel-moeda em poder do público

PME = Papel-moeda emitido

TPPSP = Títulos públicos em poder do setor privado

TEID = Títulos emitidos por instituições depositárias.

A definição de meios de pagamento (M1) é dada por

a) M1 = PMC - CBCOM - CBACEN + DVBCOM

b) M1 = PME - CBACEN - CBCOM + DVBCOM

c) M1 = PMPP + TPPSP

d) M1 = PMPP + DVBCOM + TEID

e) M1 = PMPP + PMC - PME + DVBCOM

Comentários:

Você está bastante confortável com o fato de que $M1=PMPP+DVCOM$, certo? Mas a questão não tem essa alternativa, exigindo que tenhamos conhecimento dos demais conceitos.

Para começar, precisamos lembrar que $PMC=PMPP+CBCOM$, ou seja, $PMPP=PMC-CBCOM$.

Depois, recordemos que $PME=PMC+CBACEN$, ou seja, $PMC=PME-CBACEN$.

Com isso, concluímos que **M1=PME-CBACEN-CBCOM+DVCOM**.

Gabarito: "b"



20. (2010/FCC/TCE-RO/Auditor Substituto de Conselheiro)

É uma transação econômica que tem como consequência uma elevação dos meios de pagamento (medido no conceito M1) de um país:

- a) Uma pessoa jurídica paga seus funcionários com numerário sacado de sua conta corrente bancária.
- b) Um banco desconta duplicatas de uma empresa comercial.
- c) Uma pessoa física saca um determinado valor de sua conta corrente bancária e aplica em uma caderneta de poupança.
- d) Uma empresa exporta mercadorias com recebimento do pagamento para dali a três meses.
- e) Um banco vende um imóvel de sua propriedade ao público.

Comentários:

1º passo: encontre a transação realizada entre o setor bancário (Banco Central e bancos comerciais) e o público. Isso já elimina a alternativa "d".

2º passo: encontre a entrega de haveres monetários do setor bancário para o público; o que só ocorre em B. Nas alternativas "c" e "e" temos o contrário, enquanto em "a" e "d" não há alteração em M1.

Gabarito: "b"

21. (2018/VUNESP/IPSM SJC/Analista de Gestão Municipal - Economia)

A relação entre a base monetária e os meios de pagamentos é dada pelo multiplicador monetário. Para o Banco Central reduzir o multiplicador, será necessário

- a) aumentar o depósito compulsório dos bancos comerciais.
- b) comprar títulos públicos no mercado aberto.
- c) vender títulos públicos no mercado aberto.
- d) diminuir a taxa de redesconto.
- e) reduzir a emissão de títulos públicos.

Comentários:

O multiplicador depende inversamente da taxa de depósitos compulsórios, ou melhor, do percentual dos depósitos à vista que é mantido como reservas. Se essa taxa aumenta, diminui o multiplicador, e por isso "a" é nosso gabarito.

Vejamos os efeitos (e erros) relacionados às demais alternativas.

b) comprar títulos públicos no mercado aberto.

Isso provocará aumento da oferta monetária e dos meios de pagamento, mas não provoca qualquer alteração do multiplicador.



c) vender títulos públicos no mercado aberto.

Isso provocará redução da oferta monetária e dos meios de pagamento, mas não provoca qualquer alteração do multiplicador.

d) diminuir a taxa de redesconto.

Isso tende a aumentar a oferta monetária, mas sem efeito no multiplicador.

e) reduzir a emissão de títulos públicos.

Em regra, isso não tem efeito nem na oferta de moeda, por ser uma transação entre governo e público, nem no multiplicador.

Gabarito: "a"

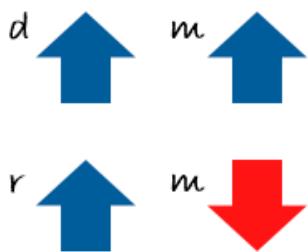
22. (2010/FCC/SEFAZ-SP/Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças)

Com relação à presença da moeda no sistema econômico, é correto afirmar:

- a) O Banco Central é o único capaz de criar e destruir moeda.
- b) A moeda é demandada apenas para satisfazer as necessidades de transação dos agentes econômicos.
- c) A oferta de moeda tem relação inversa com a taxa de reservas compulsórias dos bancos comerciais.
- d) A demanda de moeda tem relação direta com a taxa de juros da economia.
- e) O efeito da moeda sobre o nível de preços é neutro, qualquer que seja o grau de utilização da capacidade instalada da economia.

Comentários:

Lembre-se sempre dessas relações, pois elas ajudarão a resolver as questões sobre multiplicador sem precisar recorrer aos cálculos, ou seja, de forma mais ágil:



E claro: quanto maior o multiplicador (m), maior a oferta de moeda.

Gabarito: "c"



23. (2018/VUNESP/PREF SBC/Analista Tributário Financeiro)

Em relação ao valor do multiplicador dos meios de pagamento, é correto afirmar que seu valor aumenta quando

- a) a proporção dos depósitos à vista em relação aos meios de pagamento diminui.
- b) a base monetária aumenta.
- c) o Governo aumenta a taxa dos depósitos compulsórios.
- d) o Governo aumenta os impostos e mantém seus gastos constantes.
- e) a relação encaixes bancários/depósitos à vista nos bancos comerciais diminui.

Comentários:

O multiplicador depende de duas coisas:

- Positivamente dos meios de pagamento mantidos como depósitos à vista;
- Negativamente do percentual de depósitos à vista mantidos como encaixes bancários.

Sendo assim, "e" é nosso gabarito. Diminuir essa relação significa diminuir o "r" do multiplicador.

Gabarito: "e"

24. (2008/CESGRANRIO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/Técnico Bancário Novo)

A política monetária enfatiza sua atuação sobre os meios de pagamento, títulos públicos e taxas de juros, modificando o custo e o nível de oferta do crédito. O Banco Central administra a política monetária por intermédio dos seguintes instrumentos clássicos de controle monetário:

- I - recolhimentos compulsórios;
- II - operações de mercado aberto - open market;
- III - limites e políticas de alçadas internas de crédito;
- IV- políticas de redesconto bancário e empréstimos de liquidez;
- V - depósitos à vista e cadernetas de poupança.

Estão corretos APENAS os instrumentos

- a) I, II e III
- a) I, II e IV
- a) I, III e IV
- a) II, III e V
- a) III, IV e V

Comentários:

Embora todos os itens, em tese, possam ser utilizados como instrumento de política monetária, o enunciado é claro sobre querer apenas os **instrumentos clássicos**.



Sendo assim, temos que os instrumentos clássicos são: compulsórios (I), operações em mercado aberto (II) e redesconto (IV).

Gabarito: "b"

25. (2008/CESGRANRIO/INEA/Economista)

O aumento do percentual da reserva compulsória que o Banco Central exige dos bancos reduz a(o)

- a) oferta de moeda.
- b) demanda por bens públicos.
- c) taxa de juros vigente na economia.
- d) spread cobrado pelos bancos.
- e) gasto do governo.

Comentários:

Os depósitos (ou reservas) compulsórios são um dos instrumentos clássicos de política monetária. Ao elevar a exigência, o Banco Central reduz o dinheiro disponível para os bancos emprestarem, tendendo a reduzir a oferta monetária.

Afinal, é uma política monetária contracionista.

Gabarito: "a"

26. (2012/FDC/PREFEITURA DE BH/Auditor de Tributos Municipais)

O Banco Central, para aumentar a liquidez do sistema econômico, pode implementar a seguinte medida:

- a) redução da taxa de redesconto
- b) redução do montante de redesconto
- c) elevação na venda de título do governo
- d) elevação da taxa de recolhimento compulsório
- e) redução do prazo de pagamento do redesconto

Comentários:

Aumentar a liquidez do sistema econômico requer a implementação de uma política monetária expansionista. Apenas a alternativa A traz um exemplo correto.

Gabarito: "a"



27. (2016/FCC/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MS/Economista)

O redesconto é um instrumento clássico de política monetária que, se expandido,

- a) pode abrir espaço para os bancos realizarem novas operações de crédito.
- b) reduz as disponibilidades dos bancos.
- c) provoca instantâneo aumento da carteira de crédito do sistema bancário.
- d) não é utilizado em época de crise bancária.
- e) representa um imediato aumento do passivo dos bancos.

Comentários:

Note que a questão se limita ao campo teórico. Teoricamente, a expansão do redesconto pode abrir espaço para os bancos realizarem novas operações. Então a alternativa "a" está certa. Ah! Veja que a alternativa "a" estaria errada se falasse que a expansão da taxa de redesconto tem esse efeito, mas não é o caso.

Gabarito: "a"

28. (2012/CESGRANRIO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/Técnico Bancário Novo)

A política monetária enfatiza sua atuação sobre os meios de pagamento, os títulos públicos e as taxas de juros.

A política monetária é considerada expansionista quando

- a) reduz os meios de pagamento, retraindo o consumo e a atividade econômica.
- b) mantém todas as condições macroeconômicas estáveis por longo período.
- c) estabelece diretrizes de expansão da produção do mercado interno para o exterior.
- d) realiza operações de crédito no exterior, aumentando a captação de recursos e, por consequência, os meios de recebimento.
- e) eleva a liquidez da economia, injetando maior volume de recursos nos mercados, elevando, em consequência, os meios de pagamentos.

Comentários:

A política monetária expansionista consiste, como descrito em "e", na elevação da liquidez (quantidade de moeda) e elevação dos meios de pagamentos.

Gabarito: "e"

29. (2000/ESAF/TCU/Auditor Federal de Controle Externo)

Qual das políticas abaixo não constitui uma política monetária restritiva.

- a) Aumento da taxa de redesconto paga pelo Banco Central.
- b) Venda de títulos governamentais pelo Banco Central no mercado de capitais.



- c) Aumento dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais.
- d) Diminuição da taxa de juros dos empréstimos de liquidez efetuados pelo Banco Central aos bancos comerciais.
- e) Diminuição dos limites quantitativos do redesconto que pode ser efetuado junto ao Banco Central.

Comentários:

Reducir a taxa de juros dos redescos é um convite à expansão do crédito pelos bancos.

Gabarito: "d"

30. (2009/CESGRANRIO/BANCO CENTRAL DO BRASIL/Analista)

Entre as várias ações do Banco Central que resultam numa política monetária expansionista, NÃO se encontra a

- a) compra de moeda estrangeira no mercado cambial.
- b) compra de títulos federais no mercado aberto.
- c) venda de títulos federais no mercado aberto.
- d) redução do percentual de recolhimento compulsório dos bancos ao Banco Central.
- e) redução da taxa de juros dos empréstimos de liquidez do Banco Central aos bancos.

Comentários:

Note que as alternativas B e C são opostas e, portanto, uma está certa e outra errada, obrigatoriamente.

Como a questão quer saber qual não é expansionista, podemos marcar C como o gabarito, posto que vender títulos no mercado aberto é algo que o Banco Central faz quando deseja retirar liquidez do mercado.

Gabarito: "c"

31. (2011/CESGRANRIO/BNDES/Comunicação Social)

No Brasil, a emissão de moeda e a política monetária são implementadas pelo(a)

- a) Banco do Brasil
- b) Tesouro Nacional
- c) Banco Central do Brasil
- d) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- e) Caixa Econômica Federal



Comentários:

Bem tranquila essa né? Resta-nos torcer para não cair algo assim na sua prova, afinal questões fáceis são boas para quem está menos preparado... o que não é seu caso. Mas acontece que, se cair, você não pode errar, porque ninguém vai.

Então, de vez em quando, é bom trazer uma dessas para chamar sua atenção.

Gabarito: "c"

32. (2006/FCC/TRT-4/Analista Judiciário)

É medida de política monetária anti-recessiva:

- a) apreciação da moeda nacional.
- b) aumento da taxa de redesconto de liquidez.
- c) instituição de taxa de câmbio fixa.
- d) diminuição da taxa do depósito compulsório.
- e) venda de títulos públicos no mercado aberto.

Comentários:

Política monetária anti-recessiva é o mesmo que política monetária expansionista, pois tem por objetivo aumentar a demanda agregada para combater movimento econômicos recessivos.

Nesse sentido, apenas a alternativa D traz uma hipótese válida.

Gabarito: "d"

33. (2013/CESGRANRIO/BNDES/Administração)

Uma operação de mercado aberto do Banco Central, na qual títulos da dívida pública do Governo Federal são comprados e sequentemente aposentados, tem como objetivo

- a) diminuir a demanda por moeda estrangeira.
- b) diminuir a taxa de inflação.
- c) aumentar a oferta monetária.
- d) aumentar o volume de depósitos bancários.
- e) aumentar a liquidez dos títulos públicos federais.

Comentários:

A simples aquisição, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto, é a execução de uma política monetária expansionista, pouco importando o que é feito com o título depois (desde que não seja revendido no mercado aberto, é claro).



Gabarito: "c"

34. (2015/FMP/CGE MT/Auditor do Estado de Mato Grosso)

Para aumentar a oferta de moeda ao sistema econômico o Banco Central pode:

I - reduzir o nível de reservas obrigatórias dos bancos comerciais.

II - aumentar a taxa de redesconto de títulos.

III - vender títulos governamentais ao mercado de capitais.

Quais afirmações estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas I e III.

Comentários:

Vejamos cada uma das afirmações:

I - reduzir o nível de reservas obrigatórias dos bancos comerciais.

Isso certamente gera um incentivo para que os bancos comerciais emprestem mais e, dessa forma, promovam a expansão dos meios de pagamento. Portanto, é uma política monetária expansionista.

II - aumentar a taxa de redesconto de títulos.

Isso tem, teoricamente, o efeito contrário de desestimular os empréstimos dos bancos comerciais, que serão mais criteriosos em suas concessões de crédito, posto que terão de arcar com taxas mais altas se precisarem recorrer ao redesconto. Enfim: é uma política monetária contracionista.

III - vender títulos governamentais ao mercado de capitais.

Novamente, estamos diante de política monetária contracionista: o Banco Central entre títulos públicos, os donos dos títulos entregam moeda. O resultado é menor moeda com o público.

Gabarito: "a"

35. (2018/CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Profissional - Economia)

As autoridades monetárias podem controlar a oferta de moeda e os meios de pagamento da economia mediante diversas medidas operacionais.



Uma operação que pode acarretar redução dos meios de pagamento da economia é a

- a) queda da alíquota do depósito compulsório exigido dos bancos comerciais.
- b) compra de títulos públicos pelo banco central em transações de curtíssimo prazo (overnight).
- c) compra de títulos públicos pelo banco central para financiar o Tesouro Nacional.
- d) venda de reservas cambiais pelo banco central no mercado à vista.
- e) redução da taxa de redesconto.

Comentários:

Todas as operações podem alterar a oferta de meios de pagamento, ou seja, podem criar ou destruir moeda ao transitar os meios de pagamento entre o setor bancário e o setor não bancário.

a) queda da alíquota do depósito compulsório exigido dos bancos comerciais.

Errado. A redução da alíquota do compulsório deixa mais recursos disponíveis para os bancos comerciais realizarem empréstimos. Portanto, temos uma política monetária expansionista.

b) compra de títulos públicos pelo banco central em transações de curtíssimo prazo (overnight).

Errado. Ao comprar títulos públicos, o Banco Central entrega moeda em troca dos títulos. O resultado é criação de moeda em política monetária expansionista.

c) compra de títulos públicos pelo banco central para financiar o Tesouro Nacional.

Errado, e vale o mesmo comentário feito em relação à alternativa anterior.

d) venda de reservas cambiais pelo banco central no mercado à vista.

Certo! Ao vender moeda estrangeira, o Banco Central recebe reais em troca, ou seja, há redução dos meios de pagamento em circulação.

e) redução da taxa de redesconto.

Errado. Reduzir a taxa de redesconto tende a estimular um comportamento mais "emprestador" por parte dos bancos. Também é política monetária expansionista.

Gabarito: "d"

36. (2012/CESGRANRIO/PETROBRAS/Analista)

Com o objetivo de implementar uma política monetária expansionista, o Banco Central deveria promover uma

- a) elevação da taxa de câmbio
- b) elevação dos investimentos privados na economia



- c) redução das exportações de mercadorias e serviços
- d) redução das alíquotas do imposto sobre produtos industrializados
- e) redução da alíquota do depósito compulsório, mantido pelos bancos no Banco Central

Comentários:

Vamos avaliar cada uma das alternativas, buscando a **política monetária expansionista que poderia ser promovida pelo Banco Central**.

- a) elevação da taxa de câmbio

Errado. Isso é política cambial.

- b) elevação dos investimentos privados na economia

Errado. Isso sequer é política, já que foca em uma atividade do setor privado, e não do banco Central.

- c) redução das exportações de mercadorias e serviços

Errado. Também não é algo que o Banco Central possa fazer de forma direta, embora possa influenciar as exportações por meio da política cambial.

- d) redução das alíquotas do imposto sobre produtos industrializados

Errado. Isso é política fiscal, e não cabe ao Banco Central.

- e) redução da alíquota do depósito compulsório, mantido pelos bancos no Banco Central

Certo! Essa redução liberaria recursos para os bancos elevarem a oferta monetária.

Gabarito: "e"

37. (2018/CESGRANRIO/TRANSPETRO/Analista Júnior - Financeiro)

De acordo com a legislação brasileira, a fixação das metas de inflação anuais, bem como de seus respectivos intervalos de tolerância, é da competência do(a.)

- a) Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil
- b) Conselho Monetário Nacional
- c) Banco do Brasil
- d) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- e) Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Comentários:



Esse é o tipo de questão que você não pode errar, então vamos reforçar:

- 1.** O **Conselho Monetário Nacional (CMN)** determina até junho a **meta de inflação** para o ano seguinte, mediante proposta do Ministro da Economia.
 - a. *Essa meta possui um intervalo de tolerância.*
 - b. *Exemplo: a meta para 2021 foi determinada em 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.*
- 2.** O Banco Central do Brasil define qual deve ser a taxa de juros para atingimento da meta: a **Selic Meta**.
 - a. *Portanto, o BCB busca que a taxa Selic seja igual à Selic Meta.*
 - b. *A cada 45 dias, diretores do BCB se reúnem no Copom (Comitê de Política Monetária), e revisam a Selic Meta. Ou seja, reavaliam o cenário econômico para concluir se a taxa de juros precisa ser ajustada para cumprir a meta de inflação. Por isso, vemos com frequência notícias de que o BCB aumentou ou reduziu a meta da taxa Selic.*
 - c. *Para atingir a Selic Meta, o Banco Central realiza **operações compromissados** no Selic.*
- 3.** A meta de inflação é considerada cumprida quando a variação acumulada da inflação - medida pelo IPCA, relativa ao período de janeiro a dezembro de cada ano calendário - situar-se na faixa do seu respectivo intervalo de tolerância.
- 4.** Caso a meta não seja cumprida, o Presidente do Banco Central do Brasil divulgará publicamente as razões do descumprimento, por meio de carta aberta ao Ministro de Economia.

Gabarito: "b"

38. (2010/CESGRANRIO/PETROBRAS/Profissional Júnior)

No Brasil, a política monetária se orienta pelo regime de "metas de inflação", as quais

- a) se referem ao índice de preços IPCA do IBGE, sem qualquer expurgo.
- b) são fixadas pelo presidente do Banco Central, com antecedência trimestral.
- c) são revistas mensalmente pelo Comitê de Política Monetária (COPOM).
- d) constituem um modelo de política monetária adotado apenas no Brasil.
- e) implicam a eliminação do déficit orçamentário do setor público.

Comentários:

O referencial utilizado no regime de metas é o IPCA, calculado pelo IBGE, sem qualquer tipo de ajuste ou expurgo. Isso torna "a" nosso gabarito, mas vejamos o erro nas demais.

- b) *são fixadas pelo presidente do Banco Central, com antecedência trimestral.*



Errado. São fixadas pelo CMN.

- c) são revistas mensalmente pelo Comitê de Política Monetária (COPOM).

Errado. O Copom revisa a meta para a Selic a cada 45 dias.

- d) constituem um modelo de política monetária adotado apenas no Brasil.

Errado. Diversos países adotam o regime de metas atualmente, inclusive o Brasil.

- e) implicam a eliminação do déficit orçamentário do setor público.

Errado. Apesar de fugir ao escopo desta aula, o efeito no déficit do governo pode ser nos dois sentidos: aumentando ou reduzindo. A política monetária contracionista, por elevar os juros, pode elevar os custos com a dívida pública.

Gabarito: "a"

39. (2012/CESGRANRIO/PETROBRAS/Economista Júnior)

No Brasil, o regime de política monetária atual segue a sistemática de metas de inflação.

A meta e seu intervalo de tolerância são

- a) referenciados ao Índice Geral de Preços da Fundação Getulio Vargas.
- b) fixados mensalmente pelo Banco Central do Brasil.
- c) fixados pelo Conselho Monetário Nacional.
- d) alterados se a economia estiver em recessão.
- e) prorrogados se não forem cumpridos.

Comentários:

Veja como a banca gosta desse assunto... e lembre-se que quem define a meta de inflação e sua tolerância é o CMN.

Gabarito: "c"

40. (2016/FCC/AL-MS/Economista)

Considere as seguintes características relativas ao modelo de Metas de Inflação, que ganhou força na década de 1990, como novo mecanismo de preservação do valor da moeda pelos governos:

- I. Anúncio público da meta quantitativa para a inflação.
- II. Definição da meta quantitativa de emissão de moeda.
- III. Anúncio público da taxa de juros de longo prazo, considerada como taxa natural.



IV. Definição do índice de preços a ser utilizado.

Está correto o que consta em

- a) I, II e III, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

Comentários:

Bem, a definição de meta quantitativa de emissão de moeda iria inviabilizar a perseguição da meta de inflação, uma vez que comprometeria o uso da política monetária para esse fim. Por isso, a afirmativa II está errada.

O anúncio público da taxa de juros de longo prazo não está relacionado com o regime de metas de inflação, e por isso a afirmativa III também está errada.

As afirmativas I e IV estão corretas, e fazem parte da transparência, componente crítico para o sucesso do Regime de Metas de Inflação no que tange às expectativas inflacionárias.

Gabarito: "d"

41. (2013/CEBRASPE-CESPE/ES/Analista do Executivo - Ciências Econômicas)

Assinale a opção em que é apresentado o índice oficial de preços adotado pelo BACEN para fins de cumprimento da meta inflacionária.

- a) índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA)
- b) índice nacional de preços ao consumidor (INPC)
- c) índice nacional de custo da construção (INCC)
- d) índice geral de preços do mercado (IGP-M)
- e) índice de preços ao consumidor semanal (IPCS)

Comentários:

O índice utilizado pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Monetário Nacional no Sistema de Metas adotado no Brasil desde 1999 é o IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE.

Gabarito: "a"

42. (2021/PROF. CELSO NATALE)

Assinale a opção em que é apresentado a denominação para políticas monetárias que não recorrem aos instrumentos clássicos de determinação da taxa de juros de curto prazo.



- a) Redesconto
- b) Empréstimos compulsórios
- c) Recolhimentos compulsórios
- d) Selic
- e) Não convencional

Comentários:

O enunciado descreve as **políticas monetárias não convencionais (PMNC)** que, como o nome indica, são políticas que não envolvem as (convencionais) operações compromissadas em mercado aberto, taxas de redesconto e determinação da alíquota do compulsório.

Gabarito: "e"

43. (2021/PROF. CELSO NATALE)

Considere as políticas monetárias não convencionais adotadas por bancos centrais de diversos países em combate à crise bancária internacional, como forma de reduzir as taxas de juros de longo prazo:

- I. Política de crédito.
- II. Política de quase débito.
- III. Quantitative easing.
- IV. Política de Sinalização.

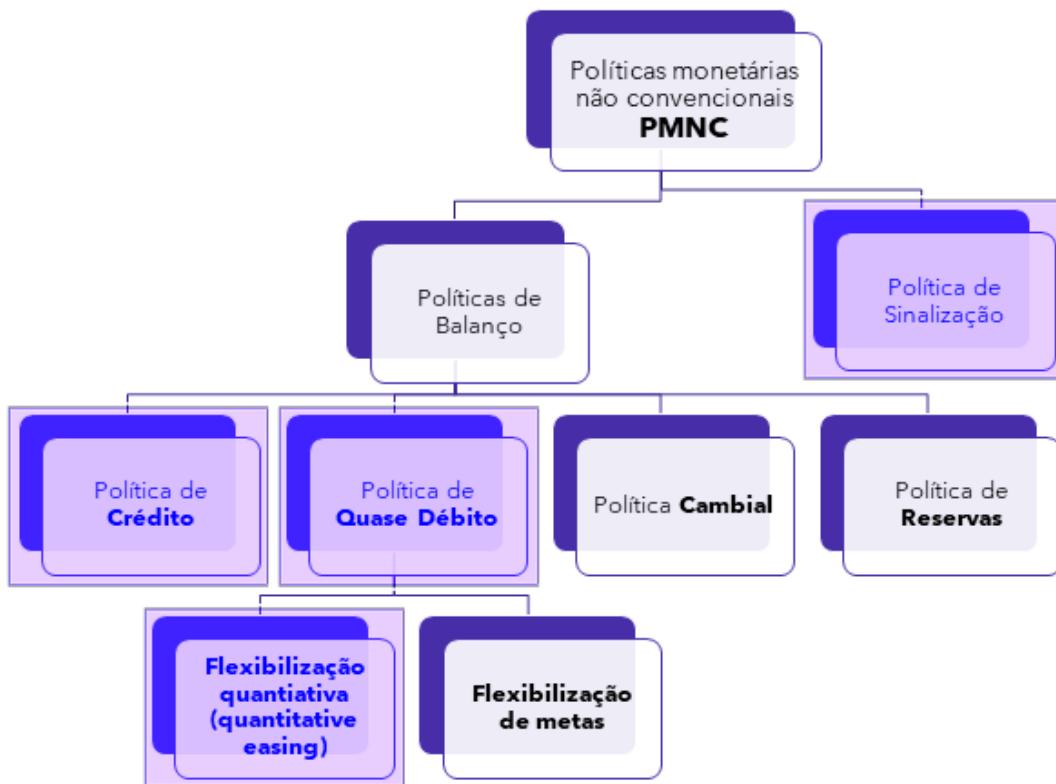
Está correto apenas o que consta em

- a) I, II e III, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

Comentários:

Todos os itens são exemplos de PMNC. Relembrando:





Gabarito: "e"

44. (2021/PROF. CELSO NATALE)

A respeito do regime de metas para inflação adotado no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) Em 2019, a meta para inflação foi fixada em 6,5%.
- b) O intervalo para a meta é de 2% para mais ou para menos, em 2021.
- c) As metas para inflação estão em trajetória ascendente desde 2019.
- d) Em 2019, a meta para 2022 foi determinada em 3,50%.
- e) Em 2020, a inflação ficou acima do teto da meta.

Comentários:

Ótima ocasião para revisarmos nossa tabela:

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limites Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
2019	Resolução 4.582	29/6/2017	4,25	1,5	2,75-5,75	4,31
2020	Resolução 4.582	29/6/2017	4	1,5	2,5-5,5	4,52
2021	Resolução 4.671	26/6/2018	3,75	1,5	2,25-5,25	-
2022	Resolução 4.724	27/6/2019	3,50	1,5	2,00-5,00	-



2023	Resolução 4.831	25/06/2020	3,25	1,5	1,75 - 4,75	-
2024	Resolução 4.918	24/06/2021	3,00	1,5	1,5 - 4,50	-

E nossas observações:

- a banda de tolerância é de 1,5% para mais ou para menos em todo o período.
- a meta começa em 4,25% em 2019 e vai caindo 0,25 a cada ano.
- o BCB bateu as metas em 2019 e 2020.
- desde 2017, a meta é determinada para 3 anos para a frente.

Gabarito: "d"



LISTA DE QUESTÕES

1. (2009/CESGRANRIO/BNDES/Profissional Básico - Comunicação Social)

As moedas-mercadoria, usadas como intermediárias de troca nas economias de mercado, são constituídas de substâncias que devem ter certas características físicas ou químicas, dentre as quais NÃO figura a

- a) flexibilidade.
- b) durabilidade.
- c) homogeneidade.
- d) divisibilidade.
- e) facilidade de transporte.

2. (2014/VUNESP/TJ PA/Analista Judiciário - Economia)

Preocupados com a perspectiva de alta na inflação, moradores de um país passam a guardar em suas casas algum tipo de moeda forte estrangeira, como o dólar ou o euro. A função da moeda local transferida para moedas estrangeiras, nesse caso, foi

- a) meio de troca.
- b) unidade de conta.
- c) poupança.
- d) velocidade-renda.
- e) reserva de valor.

3. (2011/CESGRANRIO/TRANSPETRO/Engenheiro Júnior)

Se o multiplicador dos meios de pagamento em certo país for igual a 2, isso significa que o(a)

- a) total de meios de pagamento é o dobro do PIB.
- b) total de empréstimos é o dobro dos depósitos nos bancos.
- c) total de meios de pagamentos é o dobro da base monetária.
- d) velocidade renda de circulação de moeda é 0,5.
- e) taxa de inflação no país deve dobrar.

4. (2013/CESGRANRIO/BNDES/Profissional Básico)

O sistema bancário de reservas fracionárias possibilita que instituições financeiras privadas obtenham lucratividade, por permitir que essas instituições

- a) paguem impostos federais equivalentes a uma fração de seus depósitos bancários.
- b) possam cobrar de seus clientes, em tarifas bancárias, uma fração de seus depósitos bancários.



- c) mantenham uma fração de seus depósitos bancários em moeda estrangeira.
- d) mantenham apenas uma fração de seus depósitos bancários em seus cofres e o restante nos cofres do Banco Central.
- e) mantenham em mãos apenas uma fração de seus depósitos bancários, utilizando o resto para oferecer empréstimos com juros.

5. (2019/FGV/DPE RJ/Técnico Superior Especializado - Economia)

Os agregados monetários (M1, M2, M3 e M4) diferem de acordo com sua liquidez. Nesse sentido, relacione cada agregado monetário com seus respectivos elementos ou características.

- 1. M1
- 2. M2
- 3. M3
- 4. M4

(_) Inclui apenas papel-moeda em poder do público e depósitos à vista.

(_) Um aumento dos depósitos de poupança eleva tanto este agregado como o(s) agregado(s) inferior(es).

(_) Inclui títulos públicos de elevada liquidez.

(_) Uma redução das cotas de fundo de renda fixa reduz tanto este agregado como o(s) agregado(s) inferior(es).

A sequência correta é:

- a) 1, 2, 3 e 4;
- b) 1, 2, 4 e 3;
- c) 1, 3, 4 e 2;
- d) 2, 4, 3 e 1;
- e) 2, 1, 3 e 4.

6. (2011/CESGRANRIO/BNDES/Profissional Básico - Economia)

Em relação ao tema de agregados monetários, considere as seguintes siglas:

PMC = Papel-moeda em circulação

CBCOM = Encaixe em moeda mantido pelo sistema bancário (Caixa dos Bancos Comerciais)

CBACEN = Caixa do Banco Central

DVBCOM = Depósitos à vista nos bancos comerciais

PMPP = Papel-moeda em poder do público

PME = Papel-moeda emitido

TPPSP = Títulos públicos em poder do setor privado

TEID = Títulos emitidos por instituições depositárias.

A definição de meios de pagamento (M1) é dada por



- a) $M1 = PMC - CBCOM - CBACEN + DVBCOM$
- b) $M1 = PME - CBACEN - CBCOM + DVBCOM$
- c) $M1 = PMPP + TPPSP$
- d) $M1 = PMPP + DVBCOM + TEID$
- e) $M1 = PMPP + PMC - PME + DVBCOM$

7. (2015/VUNESP/SP/Auditor Municipal de Controle Interno)

Em uma determinada economia, o total de moedas em poder do público é 1 bilhão de reais, há 2 bilhões de reais em depósitos à vista e 500 milhões de reais em depósitos a prazo, como CDBs. A partir disso, conclui-se corretamente que

- a) o M1 é 3 bilhões de reais.
- b) a base monetária é 1 bilhão de reais.
- c) o M2 é 500 milhões de reais.
- d) o multiplicador bancário é 3.
- e) o M1 é 3,5 bilhões de reais.

8. (2018/VUNESP/PREF SJC/Analista em Gestão Municipal - Ciências Econômicas)

Os agregados monetários, em geral, são ordenados por um grau de liquidez no qual

- a) quanto maior a classificação, mais líquida será o agregado.
- b) depósitos de poupança, de acordo com o Banco Central do Brasil (BC), é mais líquido que depósitos à vista.
- c) quotas de fundo de renda fixa são classificadas como haveres estritamente monetários.
- d) títulos públicos de alta liquidez são classificados com a mesma liquidez que depósitos de poupança.
- e) papel-moeda em poder do público e depósitos à vista são classificados com o mesmo grau de liquidez.

9. (2016/FGV/IBGE/Tecnologista - Economia)

Um trabalhador ganha um salário-mínimo e separa uma quantia para pagar as contas ao longo do mês. Esse ato destaca a função de:

- a) reserva de valor da moeda;
- b) padrão de valor da moeda;
- c) unidade de conta da moeda;
- d) meio de troca da moeda;
- e) poupança da moeda.



10. (2018/VUNESP/PREF SJC/Analista em Gestão Municipal - Ciências Econômicas)

Os agregados monetários, em geral, são ordenados por um grau de liquidez no qual

- a) quanto maior a classificação, mais líquida será o agregado.
- b) depósitos de poupança, de acordo com o Banco Central do Brasil (BC), é mais líquido que depósitos à vista.
- c) quotas de fundo de renda fixa são classificadas como haveres estritamente monetários.
- d) títulos públicos de alta liquidez são classificados com a mesma liquidez que depósitos de poupança.
- e) papel-moeda em poder do público e depósitos à vista são classificados com o mesmo grau de liquidez.

11. (2013/FCC/DPE RS/Analista - Economia)

Os meios de pagamento de uma economia, em seu conceito convencional, correspondem à soma:

- a) papel-moeda emitido + depósitos à vista nos bancos comerciais.
- b) papel-moeda em poder do público + reservas bancárias.
- c) depósitos à vista nos bancos comerciais + caixa, em moeda corrente, dos bancos comerciais.
- d) papel-moeda em poder do público + depósitos à vista dos bancos comerciais.
- e) papel-moeda em circulação + depósitos à vista e a prazo nos bancos comerciais.

12. (2018/FGV/ALERO/Analista Legislativo - Economia)

Em relação aos agregados monetários, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Uma elevação do caixa do Banco Central reduz o papel moeda em poder do público.
- () Uma redução das reservas compulsórias junto aos bancos comerciais eleva a base monetária.
- () O saque de um cheque no caixa de um banco eleva o saldo dos meios de pagamentos.

Segundo a ordem proposta, as afirmativas são, respectivamente,

- a) V - V - V.
- b) V - V - F.
- c) V - F - F.
- d) F - V - F.
- e) F - F - V.

13. (2018/VUNESP/IPSM SJC/Analista de Gestão Municipal - Economia)

São fatores que tendem a elevar a oferta monetária na economia:

- a) redução das reservas internacionais do país, redução do depósito compulsório junto aos bancos comerciais e venda de títulos públicos pelo Tesouro Nacional.



- b) redução das reservas internacionais do país, redução do depósito compulsório junto aos bancos comerciais e compra de títulos públicos pelo Tesouro Nacional.
- c) concessão de empréstimos, por parte do Banco Central, aos bancos comerciais e venda de títulos públicos pelo Banco Central.
- d) elevação das reservas internacionais do país, concessão de empréstimos, por parte do Banco Central, aos bancos comerciais e compra de títulos públicos pelo Banco Central.
- e) redução das reservas internacionais, aumento do depósito compulsório e venda de títulos públicos pelo Banco Central.

14. (2012/VUNESP/PREF SJC/Auditor Tributário Municipal - Gestão Tributária)

Há criação de meios de pagamentos quando

- a) um título público é negociado entre pessoas do público.
- b) um Banco Central compra um título público do público.
- c) um banco compra um título federal de outro banco.
- d) um banco aumenta seu capital, vendendo ações ao público.
- e) uma sociedade de economia mista paga uma dívida ao seu fornecedor.

15. (2019/CEBRASPE-CESPE/TCE-RO/Auditor de Controle Externo - Economia)

Uma economia apresenta os seguintes saldos:

- saldo dos depósitos à vista: 100 u.m.;
- saldo de papel-moeda em poder do público: 0 u.m.;
- saldo dos encaixes técnico, voluntário e compulsório: 50 u.m.

A partir dessas informações, caso haja, nessa economia, uma variação de 100 u.m. da base monetária, o aumento dos meios de pagamentos será, em u.m., de

- a) 0.
- b) 50.
- c) 100.
- d) 200.
- e) 500.

16. (2014/CESGRANRIO/EPE/Analista de Pesquisa Energética)

Um ativo monetário que NÃO é considerado M1 é

- a) a moeda corrente
- b) os depósitos à vista
- c) os cheques de viagem
- d) os depósitos que possam ser movimentados por cheques



e) os depósitos de poupança

17. (2018/CESGRANRIO/TRANSPETRO/Economista Júnior)

Em certo país, a propensão marginal a consumir é igual a 0,8; o Produto Interno Bruto (PIB,) é igual a 1000 unidades monetárias; a base monetária é igual a 100 unidades monetárias; a formação bruta de capital fixo é de 20% do PIB, ou seja, 200 unidades monetárias anuais; a taxa de inflação é de 10% ao ano; e os meios de pagamento totalizam 300 unidades monetárias.

Desses dados, conclui-se que a(o)

- a) inflação está em trajetória ascendente.
- b) exportação excede a importação.
- c) velocidade renda da circulação da moeda é 5.
- d) multiplicador da base monetária é 3.
- e) país se encontra em recessão.

18. (2018/FCC/TCE-RS/Auditor Público Externo - Ciências Econômicas)

O conceito de M2 para os meios de pagamento

- a) inclui os depósitos à vista, mas não os depósitos de poupança.
- b) inclui os títulos emitidos por instituições depositárias, mas não os depósitos especiais remunerados.
- c) inclui os depósitos de poupança, mas não as quotas de fundos de renda fixa.
- d) não inclui os depósitos especiais remunerados nem os depósitos de poupança.
- e) inclui os depósitos de poupança e os títulos públicos de alta liquidez.

19. (2013/CESGRANRIO/BNDES/Profissional Básico - Economia)

Em relação ao tema de agregados monetários, considere as seguintes siglas:

PMC = Papel-moeda em circulação

CBCOM = Encaixe em moeda mantido pelo sistema bancário (Caixa dos Bancos Comerciais)

CBACEN = Caixa do Banco Central

DVBCOM = Depósitos à vista nos bancos comerciais

PMPP = Papel-moeda em poder do público

PME = Papel-moeda emitido

TPPSP = Títulos públicos em poder do setor privado

TEID = Títulos emitidos por instituições depositárias.

A definição de meios de pagamento (M1) é dada por

- a) M1 = PMC - CBCOM - CBACEN + DVBCOM
- b) M1 = PME - CBACEN - CBCOM + DVBCOM



- c) $M1 = PMPP + TPPSP$
- d) $M1 = PMPP + DVBCOM + TEID$
- e) $M1 = PMPP + PMC - PME + DVBCOM$

20. (2010/FCC/TCE-RO/Auditor Substituto de Conselheiro)

É uma transação econômica que tem como consequência uma elevação dos meios de pagamento (medido no conceito M1) de um país:

- a) Uma pessoa jurídica paga seus funcionários com numerário sacado de sua conta corrente bancária.
- b) Um banco desconta duplicatas de uma empresa comercial.
- c) Uma pessoa física saca um determinado valor de sua conta corrente bancária e aplica em uma caderneta de poupança.
- d) Uma empresa exporta mercadorias com recebimento do pagamento para dali a três meses.
- e) Um banco vende um imóvel de sua propriedade ao público.

21. (2018/VUNESP/IPSM SJC/Analista de Gestão Municipal - Economia)

A relação entre a base monetária e os meios de pagamentos é dada pelo multiplicador monetário. Para o Banco Central reduzir o multiplicador, será necessário

- a) aumentar o depósito compulsório dos bancos comerciais.
- b) comprar títulos públicos no mercado aberto.
- c) vender títulos públicos no mercado aberto.
- d) diminuir a taxa de redesconto.
- e) reduzir a emissão de títulos públicos.

22. (2010/FCC/SEFAZ-SP/Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças)

Com relação à presença da moeda no sistema econômico, é correto afirmar:

- a) O Banco Central é o único capaz de criar e destruir moeda.
- b) A moeda é demandada apenas para satisfazer as necessidades de transação dos agentes econômicos.
- c) A oferta de moeda tem relação inversa com a taxa de reservas compulsórias dos bancos comerciais.
- d) A demanda de moeda tem relação direta com a taxa de juros da economia.
- e) O efeito da moeda sobre o nível de preços é neutro, qualquer que seja o grau de utilização da capacidade instalada da economia.



23. (2018/VUNESP/PREF SBC/Analista Tributário Financeiro)

Em relação ao valor do multiplicador dos meios de pagamento, é correto afirmar que seu valor aumenta quando

- a) a proporção dos depósitos à vista em relação aos meios de pagamento diminui.
- b) a base monetária aumenta.
- c) o Governo aumenta a taxa dos depósitos compulsórios.
- d) o Governo aumenta os impostos e mantém seus gastos constantes.
- e) a relação encaixes bancários/depósitos à vista nos bancos comerciais diminui.

24. (2008/CESGRANRIO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/Técnico Bancário Novo)

A política monetária enfatiza sua atuação sobre os meios de pagamento, títulos públicos e taxas de juros, modificando o custo e o nível de oferta do crédito. O Banco Central administra a política monetária por intermédio dos seguintes instrumentos clássicos de controle monetário:

- I - recolhimentos compulsórios;
- II - operações de mercado aberto - open market;
- III - limites e políticas de alçadas internas de crédito;
- IV- políticas de redesconto bancário e empréstimos de liquidez;
- V - depósitos à vista e cadernetas de poupança.

Estão corretos APENAS os instrumentos

- a) I, II e III
- a) I, II e IV
- a) I, III e IV
- a) II, III e V
- a) III, IV e V

25. (2008/CESGRANRIO/INEA/Economista)

O aumento do percentual da reserva compulsória que o Banco Central exige dos bancos reduz a(o)

- a) oferta de moeda.
- b) demanda por bens públicos.
- c) taxa de juros vigente na economia.
- d) spread cobrado pelos bancos.
- e) gasto do governo.

26. (2012/FDC/PREFEITURA DE BH/Auditor de Tributos Municipais)

O Banco Central, para aumentar a liquidez do sistema econômico, pode implementar a seguinte medida:

- a) redução da taxa de redesconto



- b) redução do montante de redesconto
- c) elevação na venda de título do governo
- d) elevação da taxa de recolhimento compulsório
- e) redução do prazo de pagamento do redesconto

27. (2016/FCC/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MS/Economista)

O redesconto é um instrumento clássico de política monetária que, se expandido,

- a) pode abrir espaço para os bancos realizarem novas operações de crédito.
- b) reduz as disponibilidades dos bancos.
- c) provoca instantâneo aumento da carteira de crédito do sistema bancário.
- d) não é utilizado em época de crise bancária.
- e) representa um imediato aumento do passivo dos bancos.

28. (2012/CESGRANRIO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/Técnico Bancário Novo)

A política monetária enfatiza sua atuação sobre os meios de pagamento, os títulos públicos e as taxas de juros.

A política monetária é considerada expansionista quando

- a) reduz os meios de pagamento, retraindo o consumo e a atividade econômica.
- b) mantém todas as condições macroeconômicas estáveis por longo período.
- c) estabelece diretrizes de expansão da produção do mercado interno para o exterior.
- d) realiza operações de crédito no exterior, aumentando a captação de recursos e, por consequência, os meios de recebimento.
- e) eleva a liquidez da economia, injetando maior volume de recursos nos mercados, elevando, em consequência, os meios de pagamentos.

29. (2000/ESAF/TCU/Auditor Federal de Controle Externo)

Qual das políticas abaixo não constitui uma política monetária restritiva.

- a) Aumento da taxa de redesconto paga pelo Banco Central.
- b) Venda de títulos governamentais pelo Banco Central no mercado de capitais.
- c) Aumento dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais.
- d) Diminuição da taxa de juros dos empréstimos de liquidez efetuados pelo Banco Central aos bancos comerciais.
- e) Diminuição dos limites quantitativos do redesconto que pode ser efetuado junto ao Banco Central.



30. (2009/CESGRANRIO/BANCO CENTRAL DO BRASIL/Analista)

Entre as várias ações do Banco Central que resultam numa política monetária expansionista, NÃO se encontra a

- a) compra de moeda estrangeira no mercado cambial.
- b) compra de títulos federais no mercado aberto.
- c) venda de títulos federais no mercado aberto.
- d) redução do percentual de recolhimento compulsório dos bancos ao Banco Central.
- e) redução da taxa de juros dos empréstimos de liquidez do Banco Central aos bancos.

31. (2011/CESGRANRIO/BNDES/Comunicação Social)

No Brasil, a emissão de moeda e a política monetária são implementadas pelo(a)

- a) Banco do Brasil
- b) Tesouro Nacional
- c) Banco Central do Brasil
- d) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- e) Caixa Econômica Federal

32. (2006/FCC/TRT-4/Analista Judiciário)

É medida de política monetária anti-recessiva:

- a) apreciação da moeda nacional.
- b) aumento da taxa de redesconto de liquidez.
- c) instituição de taxa de câmbio fixa.
- d) diminuição da taxa do depósito compulsório.
- e) venda de títulos públicos no mercado aberto.

33. (2013/CESGRANRIO/BNDES/Administração)

Uma operação de mercado aberto do Banco Central, na qual títulos da dívida pública do Governo Federal são comprados e sequentemente aposentados, tem como objetivo

- a) diminuir a demanda por moeda estrangeira.
- b) diminuir a taxa de inflação.
- c) aumentar a oferta monetária.
- d) aumentar o volume de depósitos bancários.
- e) aumentar a liquidez dos títulos públicos federais.



34. (2015/FMP/CGE MT/Auditor do Estado de Mato Grosso)

Para aumentar a oferta de moeda ao sistema econômico o Banco Central pode:

I - reduzir o nível de reservas obrigatórias dos bancos comerciais.

II - aumentar a taxa de redesconto de títulos.

III - vender títulos governamentais ao mercado de capitais.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas a I.

b) Apenas a II.

c) Apenas a III.

d) Apenas I e II.

e) Apenas I e III.

35. (2018/CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Profissional - Economia)

As autoridades monetárias podem controlar a oferta de moeda e os meios de pagamento da economia mediante diversas medidas operacionais.

Uma operação que pode acarretar redução dos meios de pagamento da economia é a

a) queda da alíquota do depósito compulsório exigido dos bancos comerciais.

b) compra de títulos públicos pelo banco central em transações de curtíssimo prazo (overnight).

c) compra de títulos públicos pelo banco central para financiar o Tesouro Nacional.

d) venda de reservas cambiais pelo banco central no mercado à vista.

e) redução da taxa de redesconto.

36. (2012/CESGRANRIO/PETROBRAS/Analista)

Com o objetivo de implementar uma política monetária expansionista, o Banco Central deveria promover uma

a) elevação da taxa de câmbio

b) elevação dos investimentos privados na economia

c) redução das exportações de mercadorias e serviços

d) redução das alíquotas do imposto sobre produtos industrializados

e) redução da alíquota do depósito compulsório, mantido pelos bancos no Banco Central

37. (2018/CESGRANRIO/TRANSPETRO/Analista Júnior - Financeiro)

De acordo com a legislação brasileira, a fixação das metas de inflação anuais, bem como de seus respectivos intervalos de tolerância, é da competência do(a.)

a) Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil

b) Conselho Monetário Nacional



- c) Banco do Brasil
- d) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- e) Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

38. (2010/CESGRANRIO/PETROBRAS/Profissional Júnior)

No Brasil, a política monetária se orienta pelo regime de "metas de inflação", as quais

- a) se referem ao índice de preços IPCA do IBGE, sem qualquer expurgo.
- b) são fixadas pelo presidente do Banco Central, com antecedência trimestral.
- c) são revistas mensalmente pelo Comitê de Política Monetária (COPOM).
- d) constituem um modelo de política monetária adotado apenas no Brasil.
- e) implicam a eliminação do déficit orçamentário do setor público.

39. (2012/CESGRANRIO/PETROBRAS/Economista Júnior)

No Brasil, o regime de política monetária atual segue a sistemática de metas de inflação.

A meta e seu intervalo de tolerância são

- a) referenciados ao Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas.
- b) fixados mensalmente pelo Banco Central do Brasil.
- c) fixados pelo Conselho Monetário Nacional.
- d) alterados se a economia estiver em recessão.
- e) prorrogados se não forem cumpridos.

40. (2016/FCC/AL-MS/Economista)

Considere as seguintes características relativas ao modelo de Metas de Inflação, que ganhou força na década de 1990, como novo mecanismo de preservação do valor da moeda pelos governos:

- I. Anúncio público da meta quantitativa para a inflação.
- II. Definição da meta quantitativa de emissão de moeda.
- III. Anúncio público da taxa de juros de longo prazo, considerada como taxa natural.
- IV. Definição do índice de preços a ser utilizado.

Está correto o que consta em

- a) I, II e III, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.



41. (2013/CEBRASPE-CESPE/ES/Analista do Executivo - Ciências Econômicas)

Assinale a opção em que é apresentado o índice oficial de preços adotado pelo BACEN para fins de cumprimento da meta inflacionária.

- a) índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA)
- b) índice nacional de preços ao consumidor (INPC)
- c) índice nacional de custo da construção (INCC)
- d) índice geral de preços do mercado (IGP-M)
- e) índice de preços ao consumidor semanal (IPCS)

42. (2021/PROF. CELSO NATALE)

Assinale a opção em que é apresentado a denominação para políticas monetárias que não recorrem aos instrumentos clássicos de determinação da taxa de juros de curto prazo.

- a) Redesconto
- b) Empréstimos compulsórios
- c) Recolhimentos compulsórios
- d) Selic
- e) Não convencional

43. (2021/PROF. CELSO NATALE)

Considere as políticas monetárias não convencionais adotadas por bancos centrais de diversos países em combate à crise bancária internacional, como forma de reduzir as taxas de juros de longo prazo:

- I. Política de crédito.
- II. Política de quase débito.
- III. Quantitative easing.
- IV. Política de Sinalização.

Está correto apenas o que consta em

- a) I, II e III, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

44. (2021/PROF. CELSO NATALE)

A respeito do regime de metas para inflação adotado no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) Em 2019, a meta para inflação foi fixada em 6,5%.



- b) O intervalo para a meta é de 2% para mais ou para menos, em 2021.
- c) As metas para inflação estão em trajetória ascendente desde 2019.
- d) Em 2019, a meta para 2022 foi determinada em 3,50%.
- e) Em 2020, a inflação ficou acima do teto da meta.

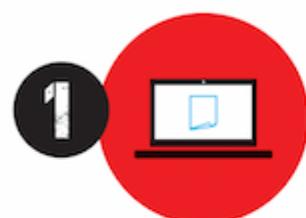
GABARITO

1. A	13. D	25. A	37. B
2. E	14. B	26. A	38. A
3. C	15. D	27. A	39. C
4. E	16. E	28. E	40. D
5. B	17. D	29. D	41. A
6. B	18. C	30. C	42. E
7. A	19. B	31. C	43. E
8. E	20. B	32. D	44. D
9. A	21. A	33. C	
10. E	22. C	34. A	
11. D	23. E	35. D	
12. C	24. B	36. E	



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.